

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
SERVIÇO SOCIAL**

**Lourrane Lindsay Alves Evaristo**

**O Serviço Social entre sua função conservadora no capitalismo monopolista e seu  
Projeto Ético-Político**

Mariana

2022

**Lourrane Lindsay Alves Evaristo**

**O Serviço Social entre sua função conservadora no capitalismo monopolista e seu  
Projeto Ético-Político**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, desenvolvido sob a orientação do Prof.º Rodrigo Fernandes Ribeiro.

Mariana

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

E92s Evaristo, Lourane Lindsay Alves.  
O Serviço Social entre sua função conservadora no capitalismo monopolista e seu Projeto Ético-Político. [manuscrito] / Lourane Lindsay Alves Evaristo. - 2022.  
56 f.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Fernandes Ribeiro.  
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Capitalismo. 2. Projetos de desenvolvimento social. 3. Serviço social. 4. Trabalho. I. Ribeiro, Rodrigo Fernandes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 364.4

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Souza-Bibliotecário Coordenador  
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Lourrane Lindsay Alves Evaristo**

### O Serviço Social entre sua função conservadora no capitalismo monopolista e seu Projeto Ético-Político

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 21 de junho de 2022

#### Membros da banca

Doutor - Rodrigo Fernandes Ribeiro - Orientador (UFOP)  
Doutor - André Luiz Monteiro Mayer - (UFOP)  
Doutor - Cláudio Henrique Miranda Horst - (UFOP)

Rodrigo Fernandes Ribeiro, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 24/06/2022



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Fernandes Ribeiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 24/06/2022, às 08:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0350744** e o código CRC **2E7F7570**.

*Dedicado a todos aqueles que buscam construir coletivamente um mundo mais livre e  
justo.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS pelo dom da vida, e a todos aqueles que me acompanharam durante esse processo:

Aos meus professores do curso de Serviço Social que foram responsáveis por me apresentar todo o conhecimento do fazer profissional; aos técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados que cuidaram da parte administrativa e estrutural da universidade; aos meus colegas de curso e demais colegas da UFOP que compartilharam momentos inesquecíveis; ao Centro Acadêmico do Serviço Social (CASS), no qual tive a oportunidade de fazer parte e aprender sobre diversidade e convivência; à equipe da Pró-reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) onde pude trabalhar como bolsista, o que me acrescentou experiência; à equipe do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-juvenil (CAPSij) de Ouro Preto onde realizei o estágio; aos meus amigos e familiares que me apoiaram integralmente.

*“Sou feita de retalhos.*

*Pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha e que vou costurando na alma. Nem sempre bonitos, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou.*

*Em cada encontro, em cada contato, vou ficando maior...*

*Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade...*

*Que me tornam mais pessoa, mais humana, mais completa.*

*E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras gentes que vão se tornando parte da gente também.*

*E a melhor parte é que nunca estaremos prontos, finalizados...*

*Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma.*

*Portanto, obrigada a cada um de vocês, que fazem parte da minha vida e que me permitem engrandecer minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar*

*pedacinhos de mim pelos caminhos e que eles possam ser parte das suas histórias.*

*E que assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de "nós"”.*

**(Cris Pizzimenti)**

*“Educação não transforma o mundo.*

*Educação muda pessoas.*

*Pessoas mudam o mundo.”*

(Paulo Freire)

## **RESUMO**

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar o Serviço Social no que se refere a sua formação crítica, a prática profissional e o Projeto Ético-Político baseados na teoria social marxista em oposição a sociabilidade capitalista a qual o emprega, tendo como base a pesquisa qualitativa da bibliográfica de autores da biblioteca básica do Serviço Social que tratam dos fundamentos históricos da profissão. Ao se entender enquanto classe trabalhadora, os assistentes sociais renunciam a divisão de classes sociais, a exploração, a propriedade privada e a acumulação da riqueza social por uma pequena parcela da população mundial, e assim renunciam a própria ordem capitalista. Sendo uma profissão que ocupa uma posição conservadora, inscrita na divisão social e técnica do trabalho, e com um projeto societário revolucionário que chama a categoria a posicionar-se e a disputar os espaços políticos e sociais, analisamos os desdobramentos para esses profissionais em efetivar uma ação coletiva que possibilite as transformações da sociedade diante das limitações e dos desafios do seu fazer profissional, da precarização dos espaços sócio-ocupacionais, da alienação do trabalho e do processo de adoecimento. Uma reflexão que diz respeito a resistência dessa categoria profissional e a capacitação continuada de trabalhadores menos conformados com as imposições do mercado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho. Capitalismo. Serviço Social. Projeto Ético-Político.

## **ABSTRACT**

This course conclusion work aims to analyze Social Work in terms of its critical training, professional practice and the Ethical-Political Project based on Marxist social theory as opposed to capitalist sociability which employs it, based on the qualitative research of the bibliography of authors of the basic library of Social Work that deal with the historical foundations of the profession. By understanding themselves as a working class, social workers renounce the division of social classes, exploitation, private property and the accumulation of social wealth by a small portion of the world population, and thus renounce the capitalist order itself. Being a profession that occupies a conservative position, inscribed in the social and technical division of work, and with a revolutionary societal project that calls the category to position itself and to dispute the political and social spaces, we analyze the consequences for these professionals in effecting a collective action that makes possible the transformations of society in the face of the limitations and challenges of their professional practice, the precariousness of socio-occupational spaces, the alienation of work and the process of illness. A reflection that concerns the resistance of this professional category and the continuous training of workers less conformed to the impositions of the market.

**KEYWORDS:** Work. Capitalism. Social Service. Ethical-Political Project.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	9
<b>I Capítulo - O trabalho alienado e estranhado na sociabilidade capitalista</b> .....	12
1.1. A categoria trabalho .....	12
1.2. O trabalho no capitalismo .....	15
1.3. O estranhamento do trabalho alienado na sociedade capitalista .....	20
<b>II Capítulo - O Serviço Social enquanto profissão assalariada decorrente do capitalismo: seus desafios em contribuir para as transformações sociais</b> .....	27
2.1. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social brasileiro .....	27
2.2. O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro .....	34
2.3. Desafios da atuação profissional na atualidade .....	39
<b>Considerações finais</b> .....	48
<b>Referências bibliográficas</b> .....	51

## **Introdução**

O Serviço Social é uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho, o que quer dizer que é uma profissão que ocupa um espaço estratégico na sociedade capitalista no que se refere a disputa entre as classes sociais. Seu surgimento e desenvolvimento ao longo dos anos representou e ainda representa um instrumento de ordenamento e manutenção das categorias da sociedade burguesa no tratamento das demandas advindas das classes mais necessitadas a partir das ações das organizações da sociedade civil, das empresas ou do Estado através das políticas públicas.

No decorrer dos anos, o Serviço Social brasileiro passou por várias modificações que se manifestaram conforme a conjuntura da época determinava e necessitava, ora por tendências assistencialistas, caritativas e filantrópicas, ora por práticas técnicas, científicas e/ou a partir de métodos críticos. Neste trabalho apresentaremos como são efetivados os segmentos atuais da profissão, no que se refere a formação dessa categoria e sua intervenção desses profissionais inseridos no mercado de trabalho.

Como veremos nas linhas que se seguem, o Serviço Social brasileiro, a partir da década de 1980, se aprofunda em matrizes teóricas marxistas que possibilita a crítica da estrutura da sociedade capitalista na qual se originou. Essa característica traz novas intenções às práticas profissionais num sentido que se orientam para as transformações sociais. Dos elementos apresentados fica o questionamento: Como estão os assistentes sociais que tem uma profissão de origem conservadora, mas que direciona suas ações para as mudanças da sociedade, se encontra na contemporaneidade diante dos desafios que se apresentam? Para responder essa questão analisaremos os profissionais do Serviço Social, principalmente no que diz respeito a sua prática no cotidiano como trabalhador assalariado, diante dos desafios que se apresentam na sociedade capitalista levando em consideração seu Projeto Ético-Político Profissional. Outro ponto interessante a ser discutido é como esses desafios dos assistentes sociais diante das limitações cotidianas do campo de trabalho afetam suas motivações e ânimos perante as imposições do capitalismo, pois não podemos perder de vista sua condição de profissão assalariada e sua autonomia relativa.

Essa reflexão surge diante das inquietações e sensações que se sucederam durante a formação da autora e que se intensificaram após a introdução no campo de estágio, sendo assim a primeira aproximação às práticas e condutas profissionais. Nesse espaço, uma instituição pública municipal de atenção psicossocial para crianças e adolescentes, foi possível vivenciar situações desconfortantes desencadeadas pela falta de manutenção e investimento no serviço

público (questões básicas como alimentação, higiene do local e pagamento de salário dos funcionários, questões, inclusive, que incentivaram períodos de greve); pela impossibilidade, também por falta de recursos, de se realizar acompanhamento aos usuários por dificuldade em conseguir transporte (isso quando era fornecido meios para que eles conseguissem chegar na instituição) e/ou pela dificuldade em conseguir lidar com todas as demandas; lugar onde foi observado o afastamento de três profissionais por questões de saúde que envolveu o adoecimento no trabalho. O que se observa, sistematicamente, é a precarização dos espaços sócio-ocupacionais, as limitações das ações profissionais, e dessa forma o crescimento de um sentimento de angústia do profissional comprometido com o Projeto Ético-Político do Serviço Social, com as lutas da classe trabalhadora e as transformações sociais necessárias para a superação do capital e pela emancipação humana. Daí a necessidade de uma reflexão relacionada a esse processo no que diz respeito a resistência dessa categoria profissional e a capacitação continuada de trabalhadores menos conformados com as imposições sociais, políticas, econômicas e culturais do sistema capitalista.

Antes de tudo, é necessário entender como o trabalho alienado e o processo de precarização dos últimos anos pelo qual os assistentes sociais são submetidos se expressão atualmente na profissão. Então, no primeiro capítulo trataremos de discutir o que é o trabalho, suas reconfigurações ao longo do desenvolvimento da sociedade humana estritamente na sociedade capitalista, que acarretou novas formulações ao seu entendimento e a sua prática, seus rebatimentos aos trabalhadores, e assim perceber de que forma as exigências da sociedade influenciam em suas vidas no que se refere a produção, a reprodução e as relações sociais. O que nos leva aos assistentes sociais, trabalhadores profissionais assalariados presentes nesse processo. Dessa premissa, passaremos ao próximo capítulo discutindo o surgimento do Serviço Social no Brasil, da sua gênese aos tempos atuais, e, principalmente, a implementação da perspectiva marxista nas bases teóricas da formação (filosofia da práxis – marxismo enquanto dialética revolucionária, teoria social, método científico e postura ético-política), nas práticas dos profissionais e no Projeto Ético-Político profissional. Por fim, apresentamos os desdobramentos das contradições vivenciadas por essa categoria perante da realidade dos postos de trabalho e da dinâmica da sociedade.

Fica evidente a associação desses profissionais, de seus órgãos administrativos e representativos à luta em prol da liberdade da classe trabalhadora explorada na qual pertence. Em meio as condições de trabalho do assistente social no atual cenário político e econômico, que o Brasil já vem passando desde a década de 1990, devemos analisar os seus reflexos na

atuação profissional, na saúde do trabalhador, em seus segmentos nas ações coletivas e nas transformações sociais.

Para isso utilizaremos alguns dos vastos referenciais bibliográficos que abordam a teoria social crítica marxista, como também autores importantes para o desenvolvimento do debate do Serviço Social no Brasil, como Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Netto e demais autores que servirão de base teórica – nos livros, artigos científicos, revistas eletrônicas, dentre outros materiais – para a pesquisa qualitativa no qual se fundamenta nosso trabalho.

## Capítulo I - O trabalho alienado e estranhado na sociabilidade capitalista

No capítulo I iremos analisar, em linhas gerais, a forma como se estabelece a reprodução da vida humana a partir da relação do homem<sup>1</sup> com a natureza e a introdução do capitalismo nesse metabolismo, observando como isso determinou e determina os sujeitos sociais.

Primeiramente, trataremos de discutir a concepção de trabalho sob a perspectiva de Karl Marx. Essa discussão é necessária para que possamos compreender o processo histórico do desenvolvimento da sociedade, sendo estes os elementos constitutivos do modo de produção do trabalho no que se refere a própria vida em sociedade, sua estrutura e dinâmica, pois ele é condição determinante da política, da economia, da cultura e da consciência do ser social.

Em seguida buscaremos analisar o trabalho, a partir de suas definições discutidas anteriormente, no modo de produção capitalista, fazendo uma breve contextualização do surgimento dessa nova organização social elencando suas principais características. Por fim, entender como essa ontologia do ser social produziu o estranhamento nas atividades dos homens.

### 1.1. A categoria trabalho

Nos diferentes períodos da história, o conceito de trabalho se difere e apresenta muitos significados. Etimologicamente,

[...] em nossa língua a palavra *trabalho* se origina do latim *tripalium*, embora outras hipóteses a associem a *trabaculum*. *Tripalium* era um instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, no qual os agricultores bateriam o tricô, as espigas de milho, o linho, para rasga-los e esfiapá-los. A maioria dos dicionários, contudo, registra *tripalium* apenas como instrumento de tortura, o que teria sido originalmente, ou se tornado depois (ALBORNOZ, 1988, p.10 - grifo da autora).

Nas civilizações da antiguidade, organizada em classes sociais que se confrontavam no processo produtivo, o trabalho era associado ao castigo e a tortura, pois as atividades manuais eram atribuídas às pessoas de poucas virtudes, intelecto ou capacidades, isso porque essa atividade era realizada por escravos, e as atividades intelectuais ficavam a cargo das classes mais privilegiadas na hierarquia social. Na sociedade feudal, ainda que houvesse algumas mudanças, essa ideia permaneceu, sendo essa atividade realizada pelos servos e os artesãos.

---

<sup>1</sup> Cabe ressaltar que quando mencionarmos o substantivo homem ao longo do texto estamos nos referindo ao gênero humano, a espécie humana, a todos aqueles que compõe a humanidade de forma a simplificar o texto, mas sabendo que o substantivo não contempla todas as formas de existência humana.

A noção que se tem nos tempos atuais, mais especificamente a partir da sociedade moderna – com a intensificação da produção social e a introdução do “homem livre” -, o termo trabalho se modificou adaptando-se as mudanças sociais da época.

Em uma breve pesquisa no dicionário Mini Aurélio, da língua portuguesa, podemos encontrar a seguinte definição da palavra trabalho:

**tra.ba.lho** *sm.* **1.** Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. **2.** Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento. **3.** Trabalho (2) remunera ou assalariado; serviço, emprego. **4.** Local onde se exerce essa atividade. **5.** Qualquer obra realizada [...]. (FERREIRA, 2001, p.717-718).

O que nos interessa aqui é a definição de trabalho no campo da economia política. Como sabemos, os homens são seres que possuem necessidades e para satisfazê-las, no que se refere a reprodução social e a garantia da sua existência, eles estabelecem uma relação com a natureza através da transformação da matéria. A esse fenômeno dá-se o significado de trabalho, atividade inerente aos homens pela sua capacidade teleológica, ou seja, na natureza, são os homens os únicos seres racionais que antecipam suas ações de forma ideal para atingir um determinado fim. Assim,

[...] sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mais exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, *teologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito (NETTO; BRAZ, 2012, p.44 - grifo dos autores).

Nessa relação, homem e natureza (sujeito e objeto), se verifica os meios para a realização do trabalho. Estes meios, modificados idealmente pelos homens, são entendidos como *instrumentos* que possuem características adequadas para as atividades a serem desenvolvidas, bem como as escolhas estratégicas – a partir de possibilidades avaliadas pela consciência– a serem utilizadas para alcançar o fim desejado. No entanto, para definir tal ação enquanto trabalho, a prévia ideiação deve se materializar (concretizar), se objetivar, isto é, somente quando o sujeito altera a matéria natural criando um objeto novo. Ao modificá-la os homens se diferenciam dos outros animais e da própria natureza, pois assim eles criam conhecimento, se desenvolvem e adquirem novas necessidades. Logo, a *experiência empírica* obtida e acumulada desse movimento tende a ser vivenciada por outros sujeitos de diversas formas e em sociedades distintas, o que leva ao compartilhamento dos saberes entre eles. Nesse sentido o trabalho também é atividade coletiva, pois requer a interação entre os sujeitos envolvidos, sendo assim determinante na organização da sociedade. Quando os homens

interagem entre si e com a natureza, de forma prática no processo histórico do desenvolvimento humano, eles se constituem enquanto *ser social*. Foi, e ainda é, através do trabalho que a sociedade se configura.

Esse é o processo histórico da sociedade dando condições para o desenvolvimento da humanidade dos homens enquanto seres sociais conscientes que existe a partir da natureza, mas que, ao transformá-la através trabalho, se distingue dela, pois quanto mais desenvolvidas e complexas são as formas de objetivação humana, mais ela se distancia de seu estado natural, o que leva à sociedades mais desenvolvidas. Começam a surgir novas formas mais complexas e diversas de viver, de atender as suas necessidades e de interagir com a natureza e a sociedade, necessidades como, por exemplo, as expressões artísticas humanas e as formas de interpretar o mundo - ainda que associadas e tendo origem no trabalho se distanciam progressivamente dele.

Do conjunto das objetivações humanas (material e ideal), que inclui o trabalho, mas não é somente ele, temos a *práxis* que “[...] revela o homem como ser *criativo e auto produtivo*: ser da *práxis*, o homem é produto e criação da sua autoatividade, ele é o que (se) fez e (se) faz” (NETTO; BRAZ, 2012, p.56), de forma contínua e renovada. No processo produtivo é importante entender que, por se constituir como trabalho (atividade ontológica e teleológica da sociedade humana que transforma a matéria natural), se insere neste meio as *relações de produção*, bem como as relações sociais, pois é a partir dele que os homens interagem entre si para satisfazer as necessidades coletivas. Dessa forma, o trabalho configura-se como centralidade da vida humana (que dita a forma de viver e de ser dos homens). Sendo o trabalho condição humana insuperável, atividade primária essencial ao homem, logo ele correspondente ontologicamente ao *gênero humano*:

[...] o trabalho continua a ser o eixo fundamental da sociabilidade humana; a dimensão capaz de criar uma *natureza humana*, isto é, a atividade capaz de nos tornar seres portadores de uma natureza diversa da dos outros seres naturais [...] A concepção de trabalho como fundador da sociabilidade humana implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana (GRANEMANN, 2009, p. 3-4, grifo da autora).

Para a mediação entre o homem e a natureza existem componentes importantes que diz respeito ao *processo de trabalho*. Segundo os autores, Braz e Netto (2012), são eles: *os meios de produção, os objetos de trabalho e a força de trabalho*. O primeiro se refere aos instrumentos que os homens utilizam para manipular a matéria natural. O segundo é a matéria natural que será modificada pela ação humana. Já o terceiro são os próprios homens (energia física e capacidade mental). A soma de todos esses elementos descritos no processo de trabalho se

configura como *força produtiva*. O avanço da força produtiva, ou seja, o aprimoramento dos meios de produção junto aos conhecimentos adquiridos pela força de trabalho ao longo do tempo, conseqüentemente, desencadeou uma acumulação dos produtos do trabalho, uma vez que, se tem mais do que é preciso para satisfazer as necessidades primárias do ser social. Esse fenômeno é tratado pelos autores como *excedente econômico*, que será abordado posteriormente, assim como o conceito de *divisão social do trabalho* partir da propriedade privada dos meios de produção no capitalismo.

Em síntese, o trabalho é a ação transformadora (processo que se inicia na prévia-ideação seguido da objetivação) dos homens sobre a natureza para atender suas necessidades, que se desenvolve no processo de produção e reprodução da vida social, sendo o modo de ser do homem, categoria central humana indispensável para sua existência. Essa definição será a base para a discussão que teremos a seguir.

Sabemos que os homens só podem existir relacionando-se e transformando a natureza, criando condições materiais para que isso seja possível. O objeto dessa transformação é um produto novo que não existia anteriormente, que é composto por matéria natural, mas a sua nova forma foi criada pela ação do sujeito que o imaginou e materializou. O produto do trabalho no sistema capitalista é a mercadoria<sup>2</sup>, e mais adiante veremos como o próprio trabalho se torna uma *mercadoria especial* dessa sociedade.

Depois de toda essa discussão em torno do trabalho, prosseguimos debatendo suas definições e características, atribuídas inicialmente, que agora serão analisadas no modo de produção capitalista.

## 1.2. O trabalho no capitalismo

Nas sociedades que antecedem o modo de produção capitalista já se observava as divisões entre classes sociais, a propriedade privada e as relações de exploração. No feudalismo, por exemplo, a sociedade se organizava entre os senhores (nobres), os servos (camponeses), a igreja católica, os artesãos e os comerciantes. Os senhores, proprietários de terra, ofertavam proteção aos servos em troca da sua força de trabalho, estabelecendo uma relação de troca de favores na qual não havia o pagamento de salários, nem lucro do que era produzido, sendo a produção voltada ao autoconsumo e uma boa parte era apropriada pelos senhores na forma de tributos. A estrutura política e econômica vigente era a autarquia, na qual um indivíduo ou um grupo da nobreza detinha poder absoluto sobre as demais camadas sociais, e essa configuração

---

<sup>2</sup> No próximo item iremos aprofundar esse conceito.

era estática, pois se tratava de uma estrutura social estamental onde as classes eram determinadas no nascimento havendo a impossibilidade de migrar de uma classe para outra<sup>3</sup>.

O aumento da demanda de mercadorias e do uso do dinheiro<sup>4</sup> modificou o processo de circulação. O mercantilismo se constitui a partir do século XIII com a intervenção dos comerciantes<sup>5</sup> em que foram introduzidas novas rotas comerciais fazendo com que os mercados locais perdessem seu lugar no processo de compra e venda.

Do trabalho sobre a terra se origina a riqueza que vai incentivar o desenvolvimento do trabalho artesanal; ao mesmo tempo, se intensifica o comércio, uma vez que há excedentes tanto na agricultura como na criação de animais. E da primitiva troca de espécies passa-se ao comércio mediado pela moeda (ALBORNOZ, 1988, p. 19-20).

Com a expansão das cidades e das atividades comerciais o feudo foi perdendo lugar e observava-se mudanças na esfera política, religiosa e jurídica. Os ideais renascentistas, a Reforma Protestante e o liberalismo econômico foram essenciais para isso servindo de base para Revolução Industrial. Na medida em que esses fatos se sucedem, verifica-se a crise do sistema feudal exigindo transformações sociais e assim a transição de um modo de produção para outro.

Com o desenvolvimento das forças produtivas surgiu a produção em massa de mercadorias, intensificando e ampliando a atividade comercial. Com o surgimento da burguesia, detentora do capital mercantil, que se estabelece uma nova ordem social, na passagem do sistema capitalista.

O modo capitalista de produção determina que a estrutura social se divide em duas classes distintas e fundamentais: o proprietário dos meios de produção (capitalista, representante do capital – burguês) que dispõe do dinheiro e dos meios de produção; e o trabalhador livre (proletário – produtores diretos do que é produzido) que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Nesse processo verifica-se condições essenciais para sua realização: a divisão social do trabalho e a propriedade privada dos meios de produção. Esse elemento determina a existência insuperável, no modo de produção capitalista, de duas classes

---

<sup>3</sup> Essa característica é importante para pensarmos como as condições determinantes dessa lógica contradiziam a crescente necessidade de ascensão social (poder econômico e político dos comerciantes e dos artesãos) a ponto de se modificarem e criarem condições ideais e práticas as mudanças que deu origem a uma nova organização das classes sociais.

<sup>4</sup> Trataremos o dinheiro como “*a mercadoria especial na qual todas as outras expressam seu valor. O valor de uma mercadoria, expresso em dinheiro, é o seu preço.*” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 102 - grifo dos autores). O dinheiro é ao mesmo tempo um *equivalente geral, meio de troca, medida de valor, meio de acumulação e pagamento universal.*

<sup>5</sup> É deste grupo que se origina a burguesia.

antagônicas<sup>6</sup>. Essa relação se estabelece na produção capital simples ou produção mercantil capitalista e que se estende até os dias atuais.

Partindo desse elemento, outra característica essencial para o estabelecimento de uma sociedade capitalista é a existência do Estado que se inscreve na sociedade de classes para garantir os interesses dos proprietários e mediar os conflitos em favor da classe dominante para organizar e controlar o comportamento dos homens.

Como vimos anteriormente, no decorrer da história do desenvolvimento humano, o trabalho tem um papel fundamental na construção da sociedade e que, quanto mais desenvolvida for a sociedade, mais complexas são as formas de produção e reprodução desse sistema. Na produção mercantil simples, que antecede o capitalismo, o processo não se concretizava na obtenção de dinheiro, mas sim como meio para obter outras mercadorias. Os lucros derivavam do valor acrescidos na venda em comparação a compra.

Agora vamos pensar as diferentes formas do trabalho considerando a natureza na qual ele se realiza que pode ocorrer de duas maneiras que se complementam e configuram o trabalho como um todo, e são elas: o trabalho concreto e o trabalho abstrato. O trabalho concreto é aquele que cria *valor de uso* (avaliado qualitativamente), é o dispêndio de força humana em sua forma concreta<sup>7</sup> - ao criar bens materiais para satisfazerem suas necessidades, os homens atribuem a aquele objeto *valores de uso*<sup>8</sup>, e para se realizarem eles devem ser repartidos e consumidos socialmente independente das formas históricas da sociedade sendo comum a todas as organizações humanas -, enquanto que o trabalho abstrato<sup>9</sup> é aquele que atribuímos ao *valor* (avaliado quantitativamente), e diz respeito ao dispêndio de força em sua forma abstrata que se expressa na troca de mercadorias, forma social na qual o trabalho pode ser igualado no processo da economia mercantil (na sociedade capitalista). Tanto o valor de uso quanto o valor são propriedades da mercadoria<sup>10</sup>. A discussão acerca da distribuição e o consumo dos bens produzidos pelo ser social no processo de trabalho será aprofundado no próximo item - onde a

---

<sup>6</sup> No item 1.3 discutiremos mais profundamente os desdobramentos dessa relação.

<sup>7</sup> Necessita da matéria natural para dar forma a partir de uma técnica operacional e os meios para que se realize.

<sup>8</sup> A sua criação se deu a partir de uma idealização humana (capacidade teleológica) para satisfazê-lo pela manipulação da força de trabalho na matéria natural, é importante que fique claro que seu valor de uso é determinado por essa condição, pois tem uma finalidade.

<sup>9</sup> Só é possível porque o trabalho pode ser medido enquanto trabalho genérico nas questões fisiológicas, sendo atividade comum em todos os trabalhos concretos (dispêndio da força de trabalho, das capacidades físicas e mentais do ser social).

<sup>10</sup> Valor de uso e valor de troca são categorias discutidas por Marx, elas serão esclarecidas adiante. Neste primeiro momento só é necessário que se apresente a mercadoria como resultado do trabalho e suas propriedades.

relação de produção determina a distribuição e o consumo, assim como o consumo e a distribuição influem nos processos produtivos e econômicos.

No capitalismo tudo que é produzido é feito para o mercado e a riqueza advém do acúmulo de capital, nessa mercadoria é atribuído um duplo aspecto: a qualidade e a quantidade. No que se refere a qualidade, nada mais é que as características de um objeto, aquilo que lhe atribui uma utilidade, uma serventia, que só se realiza no consumo, pois nenhuma mercadoria pode ser valor sem ser útil, ela é criada para atender as necessidades e os desejos humanos – como, por exemplo, a madeira que vira talher, ou o minério de ferro utilizado nas construções e nos smartphones. Esse aspecto não depende da quantidade de trabalho necessária. Na questão quantitativa observamos o ponto de vista de seu valor de troca, na comparação entre valores de uso de mercadorias diferentes e que se estabelece a partir dessa associação, como relativo –  $x$  de uma mercadoria equivalem a  $y$  de outra mercadoria, e a  $z$  de outra, e assim por diante –, possuindo muitos valores de troca (dependendo de mais ou de menos de um em relação ao outro) que se modificam constantemente. O valor de uso deve ser valor de uso social, ou seja, produzido para outros, para a venda. Se pararmos para pensar nesse último aspecto devemos nos perguntar: Como se estabelece essa proporção de igualdade? O que torna  $x$  de trigo o mesmo que  $y$  de ferro? Sendo que suas propriedades, sendo assim suas utilidades, não são as mesmas? Marx responde:

Que algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes [...] Põem-se de lado os valores-de-uso das mercadorias, quando se trata da relação de troca entre elas. [...] Se prescindirmos do valor-de-uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho (MARX, 2011, p.59-60).

O valor de uma mercadoria só pode ser medido pela quantidade de trabalho despendido na sua produção, mas o trabalho que estamos tratando é o trabalho em sua totalidade, do conjunto das forças de trabalhos individuais que somadas geram a força de trabalho social - a quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo. Cada mercadoria, que se difere entre si, possui mais ou menos força de trabalho aplicada na sua produção e elas se alteram por várias questões, seja na capacidade subjetiva (física e mental) dos trabalhadores, no desenvolvimento dos meios de produção, dentre outros fatores. Assim, a medida do valor de uma mercadoria é determinada pela quantidade média de trabalho exigida para sua produção, definido como *trabalho socialmente necessário*, isto é, sua medida é estabelecida a partir do processo do

desenvolvimento da humanidade no decorrer da história (no espaço-tempo)<sup>11</sup> na/para produção de bens socialmente necessários, pois, sendo um produto do trabalho, a mercadoria deve ser reproduzida e vendida socialmente.

O processo de produção capitalista ocorre da seguinte forma: o capital inicial, na forma de dinheiro, compra mercadorias (matéria natural, força de trabalho, meios de produção etc.) para serem modificadas e transformadas em mercadorias para serem vendidos posteriormente e assim obter lucro, além de recuperar seu dinheiro investido há a soma da mais-valia. Essa última só pode se realizar pela venda da mercadoria.

Para falarmos da *mais-valia*, devemos nos aprofundar na relação trabalhador e capitalista. A jornada de trabalho, ou seja, o tempo de trabalho, se divide em duas partes que determinam a medida da *taxa da mais-valia* (taxa da exploração). Na primeira parte o trabalhador produz valor suficiente para a sua reprodução (que corresponde ao salário), denominado *tempo de trabalho necessário*. Na segunda parte, ele produz valor superior à sua reprodução, é, portanto, o excedente de seu trabalho, logo, *tempo de trabalho excedente*.

O trabalhador vende suas capacidades para trabalhar, suas capacidades (física e mental) de transformar a natureza, por um salário que é expresso no preço a ser pago à ele pela quantidade necessária para sua reprodução, no entanto ele não corresponde ao valor que o trabalho produz no tempo possivelmente utilizado. Diferente dos meios de produção que não geram valor, a força de trabalho cria valor, uma vez que:

[...] o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro. O capitalista compra a força de trabalho pelo seu valor de troca e se apropria de todo o seu valor de uso (NETTO; BRAZ, 2012, p.113 - grifos dos autores).

Dessa dinâmica podemos observar que a força de trabalho se torna uma *mercadoria especial*. O excedente do trabalho é adquirido pelo proprietário dos meios de produção. No fim do processo, o valor de troca da mercadoria representa a soma do capital constante, do capital variável e da mais-valia. O capital constante é uma parte do dinheiro investido no processo de produção para a compra dos meios de produção (instalações, máquinas etc.), sendo que aqui o trabalho já foi realizado (processo identificado como *trabalho morto*), e o capital variável é a

---

<sup>11</sup> Processos de trabalho exigem etapas na produção, o que nos faz entender que o trabalho é atividade coletiva e colaborativa, constante e renovada, que envolve interação humana e produção de conhecimento através da vivência e da experimentação.

outra parte do investimento para a compra da força de trabalho (*trabalho vivo*). Este ciclo nos introduz a *composição orgânica do capital*.<sup>12</sup>

A origem do lucro do capitalista se encontra na exploração da força de trabalho no processo de produção, na extração da mais-valia, e que ela opera de duas formas: a mais valia relativa, que decorre do aumento da produtividade impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico (intensificação do trabalho e da produção), e a mais valia absoluta que corresponde ao aumento da jornada de trabalho (que corresponde a mais tempo de trabalho).

Dentre outras expressões apresentadas por Marx com relação ao trabalho no capitalismo, do ponto de vista da produção de mais-valia, podemos destacar as categorias de *trabalho produtivo e trabalho improdutivo*. O trabalho produtivo é aquele que gera mais-valor, aquele no qual ocorre a apropriação do capitalista, se dá nas profissões assalariadas que, pela sua exploração, geram lucro ao capital, em outras palavras, o valor que foi gerado pela força de trabalho ultrapassa o valor correspondente a remuneração do trabalhador. O trabalho improdutivo não cria mais valor, mas é essencial para a manutenção da sociedade capitalista uma vez que garante a circulação e a realização das mercadorias, assim como a manutenção da apropriação do capital. De modo geral:

O que reproduz o capital é o trabalho, tanto o que se cristaliza nas mercadorias como o que repõem os elementos do processo produtivo. [...] É ao trabalho produtor de mercadoria que se imputa a reprodução do capital como força capaz de continuamente submeter a força de trabalho para que ela reproduza a totalidade da forma social de produção de mercadorias. Essa é a sociabilidade possível no modo capitalista (GRANEMANN, 2009, p. 14-15).

Mas para isso, o capital deve adotar medidas e criar condições para se desenvolver, ou seja, criar mecanismos de controle social da classe trabalhadora.

### **1.3. O estranhamento do trabalho alienado na sociedade capitalista**

No item anterior apresentamos o trabalho como a substância criadora de valor e é a classe trabalhadora, ou o proletariado, inscrita no processo de produção, que gera a riqueza social que é apropriada pelo proprietário dos meios de produção, se apropriam do excedente produzido pela força de trabalho.

---

<sup>12</sup> Corresponde a taxa de lucro da relação capital constante e capital variável no qual mais gastos com as matérias primas e com os meios de produção (máquinas, instrumentos etc.) em relação aos gastos com a força de trabalho, representa o aumento da composição orgânica do capital e menor é a taxa de lucro. Quanto mais desenvolvida tecnologicamente for uma empresa, maior é a composição orgânica do capital, pois tende a necessitar de menos mão-de-obra dos trabalhadores.

Como já discutimos, a produção de mercadorias necessita da divisão social do trabalho, onde muitas vezes o trabalho de um indivíduo só pode ser feito a partir do trabalho de outro, por exemplo, o padeiro produz o pão a partir do trigo cultivado pelo agricultor. Essa dinâmica estabelece uma relação recíproca de dependência entre eles. Porém, a administração individual cria uma falsa independência dando ao trabalho social um caráter privado. Somente no momento da compra e venda da mercadoria (no mercado) que o produto mostra seu caráter social, sendo assim,

[...] as *relações sociais* dos produtores aparecem como se fossem relações entre as mercadorias, como se fossem *relações entre coisas*. A mercadoria passa a ser, então, a portadora e a expressão das relações entre os homens. [...] a mercadoria, *criada pelos homens*, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; a *criatura* (mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o *criador* (homens) (NETTO; BRAZ, 2012, p.105 - grifos dos autores).

Marx chama esse processo de *fetichismo da mercadoria, reificação e coisificação* característico do sistema capitalista. Nesse tipo de organização da sociedade que se deu através da *divisão social do trabalho* combinado a *propriedade privada dos meios de produção*, que se expressa na relação alienada entre o sujeito e o objeto baseada na exploração do homem pelo próprio homem, que surge o estranhamento do trabalho e das relações sociais. Quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria todas as relações sociais se fundam na lógica do mercado, pois a compra e a venda ultrapassam os objetos e as coisas, tudo se torna produto na produção capitalista, necessariamente ela precisa de se ampliar, se universalizar.

Quando as condições objetivas do ser social são colocadas de forma desigual não mais se produz para a satisfação das necessidades coletivas<sup>13</sup>. No trabalho alienado a razão de ser não é a necessidade do trabalhador, mas sim o desenvolvimento da riqueza dos proprietários dos meios de produção, a atividade deixa de ser a ideação e prática subjetiva para atender a outro. O que se observa é o distanciamento do produto em relação ao seu criador<sup>14</sup>, ao invés de se efetivar, esse acaba se configurando como um processo de desumanização no meio de produção a partir do momento em que ele não se reconhece no trabalho que realiza que o leva a não se reconhecer como ser humano livre e universal.

A práxis pode produzir objetivações que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo [...] os produtos do trabalho e da imaginação humanos deixam de se mostrar como objetivações que expressam a humanidade dos homens – aparecem mesmo como algo que, escapando ao seu controle, passa a controlá-los como um poder que lhes é superior. Nessas condições, as objetivações,

---

<sup>13</sup> A riqueza de uns passa a ser a miséria de outros.

<sup>14</sup> Esse afastamento, entre sujeito e objeto, nos faz pensar que ambos têm existências autônomas.

ao invés de se revelarem aos homens como a expressão de suas forças sociais vitais, impõem-se a eles como exteriores e transcendentos (NETTO; BRAZ, 2012, p. 56).

É nos limites do capital, com a propriedade privada, a divisão do trabalho e a produção de mercadorias, que a objetivação do trabalho acontece de forma alienada. Aqui o trabalho perde seu significado de atividade humana genérica fundamental para a reprodução da sociedade, e passa a se tornar trabalho assalariado. Ao invés dos trabalhadores criarem e produzirem os bens necessários para a satisfação de suas necessidades, no capitalismo, o produto de seu trabalho não lhe pertence, ou seja, não há domínio sobre a objetivação do seu trabalho, e o que é produzido por ele acaba adquirindo uma existência independente de seu produtor. Ele não tem controle sobre o seu trabalho, a atividade na qual ele deveria se realizar toma a forma contrária, o que conseqüentemente leva a sua frustração, pois, segundo as autoras Jéssica Duboc e Maria Lúcia Duriguetto (2019), a alienação se estende até o interior de sua vida, de sua condição física e espiritual, se tornando, assim, algo contrário a si próprio, que não o contempla e não lhe pertence:

[...] ao alienar-se do produto do seu trabalho, da sua atividade vital e do seu ser genérico, o homem se aliena também do outro homem. Assim, são determinações do trabalho alienado: a alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho; a alienação do trabalhador no interior da produção; a alienação do trabalhador do seu ser genérico e, como consequência imediata desta última, a alienação do homem em relação ao outro homem (DUBOC; DURIGUETTO, 2019, p. 275).

O objeto, resultado do trabalho individual, apresenta duas características no âmbito social: primeiro pela sua utilidade (seu valor de uso), o que se realiza como a totalidade do trabalho social, e segundo porque só pode satisfazer as necessidades humanas se submetido a troca, através da equivalência de outro trabalho individual também útil (valor de troca). Ao assumir a forma de mercadoria, o produto do trabalho, no seu processo de troca, toma a forma de relação social entre coisas e não da interação social entre trabalhadores. É nesse fenômeno que se encontra, segundo a teoria marxista, o caráter fantasmagórico da mercadoria, que está presente no seu valor de troca e que caracteriza o fetichismo da mercadoria, uma das diversas formas de alienação do capital. As relações sociais entre os homens deixam de ser uma dependência colaborativa entre eles, seres sociais que se conectam, inicialmente, através do trabalho, e passam a ser relação de submissão e poder que não depende deles. Os trabalhadores são submetidos a produzirem socialmente o que existe externo a eles e que muitas vezes nem conseguem consumir. Logo, para o produtor, a mercadoria adota uma objetivação ascética que se autovaloriza, isso porque não fica evidente a essência dos produtos do trabalho humano, ou seja, para a satisfação das necessidades coletivas.

Como o avanço tecnológico contribuiu tanto para o desenvolvimento do processo produtivo e assim para o aumento da capacidade de produção, o trabalho (atividade humana) acaba se tornando um componente comum do processo de trabalho, pois o desenvolvimento dos meios de produção, no que se refere aos instrumentos de trabalho, reduz a quantidade de força de trabalho necessária para a produção. Essa é uma das determinações que desencadeiam o processo de desemprego<sup>15</sup>, e que muitas vezes não dá condições suficientes para a classe trabalhadora se manter.

Não podemos deixar de lado o fato de que o trabalho alienado e explorado, sob a forma de trabalho assalariado no capitalismo, afeta a vida do trabalhador, a sua condição humana e a sua dignidade. Ainda segundo as autoras Duboc e Duriguetto (2019), o trabalho como valor de uso do e para o capital, ou seja, a atividade na qual ele adquire valor, não aparece da mesma forma para o trabalhador, pois para ele não representa a força produtiva de riqueza. Para o trabalhador a sua força de trabalho (suas capacidades físicas e mentais e, portanto, a si próprio), se dá como valor de troca para com o capital, na medida em que nessas condições ele também se coloca como mercadoria na venda de suas habilidades, das suas faculdades, por um determinado valor na forma de dinheiro, o salário, para assim poder satisfazer as necessidades da sua reprodução. Essa circunstância não ocorre de forma natural e livre, mas sim mediada pelas determinações sociais que compõem o conjunto de instrumentos que mantém o sistema capitalista<sup>16</sup>.

O capitalismo é um sistema mundial e aparenta ser o único modo de vida, pois a sociabilidade capitalista se coloca como única e ideal forma de se organizar, utilizando de meios

---

<sup>15</sup> Esse processo de substituição caracteriza o caráter desigual e combinado do modo de produção capitalista. Vejamos: a força de trabalho é a única capaz de produzir mais-valia - a fonte de lucro do capitalista e seu maior objetivo. Sabemos que para produzir algo é preciso mercado consumidor. Esse mercado é formado por trabalhadores, em sua maioria, que necessitam garantir sua sobrevivência. A partir do momento que essa força de trabalho é substituída pelas máquinas, o capitalismo agrava sua contradição: de um lado a superprodução e de outro lado o subconsumo. Essa é uma das características contraditórias do modo capitalista de produção, uma vez que tem na exploração do trabalho sua fonte de lucro, ao mesmo tempo em que substitui trabalho vivo (os homens), aquele que atribui mais valor as mercadorias, por trabalho morto (máquinas etc.). Para aprofundar mais nesse assunto ler *O Capital* (MARX, 2011) e *Economia Política: uma introdução crítica* (BRAZ; NETTO, 2012).

<sup>16</sup> Na teoria marxista “a superação da propriedade privada é a apropriação da vida humana, isto é, o regresso do homem à sua existência humana e social. O comunismo para Marx [...] é a supressão positiva da propriedade privada e, necessariamente, implica em outra forma de produzir a vida social, isto é, um novo modo de produção, na medida em que o modo de produção vigente não permite que o homem se realize como tal. [...] A superação dos processos alienantes que se desenvolvem no bojo do MPC só é possível na livre associação dos trabalhadores por meio da retomada das condições materiais de produção, por meio de um movimento prático, isto é, por uma revolução que transforme radicalmente as relações sociais em que estão postas as condições para a alienação e, conseqüentemente, para o fetichismo” (DUBOC; DURIGUETTO, 2019, p.281).

ideológicos (a política, a religião, a filosofia, a arte, o direito, dentre outros) para reforçar e reproduzir sua estrutura, coagindo os homens a acreditarem que essa é a única forma de sobreviver.

Sendo um modelo contraditório é natural que encontre no meio do caminho desafios para manter-se. As crises do sistema capitalista estão diretamente ligadas superprodução de capital, ao subconsumo, a desvalorização do capital, a crescente massa da riqueza material, o que significa que a acumulação de produtos corresponde a um decréscimo da grandeza do valor. O capital quer e necessita constantemente da ampliação de sua taxa de lucro aumentando o desenvolvimento da capacidade produtiva, porém, num sistema contraditório, conforme afirma Marx, substituir sua fonte de lucro por capital constante gera a superprodução seguida do subconsumo. Assim, “[...] o próprio capital é a contradição em processo, [pelo fato] de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (MARX, 2011, p. 588-589). Sabendo que o tempo de trabalho socialmente necessário corresponde ao valor de uma mercadoria, o trabalho se torna desvalorizado, logo, surge o desemprego, o aumentando do exército industrial de reserva. Marcado por períodos de desenvolvimento e recessão, em que a desigualdade é funcional a sua reprodução, as lutas de classes são uma condição insuperável dessa sociabilidade. *A lei geral da acumulação capitalista* é na verdade o fundamento da contradição da relação capital e trabalho que gera a chamada “questão social”, produto da superprodução sobre a superexploração que aumentando o exército industrial de reserva e, conseqüentemente, a pobreza.

A exploração do excedente de trabalho que o burguês lucra no processo de produção, o capital variável, composto pelos trabalhadores, é substituído pelo capital constante, através do avanço tecnológico. Este processo eleva a composição orgânica do capital, explicada mais acima, devido à concorrência capitalista que exige redução do tempo socialmente necessário para a produção das mercadorias e um processo que possa explorar uma quantidade maior de mais-valia em uma mesma jornada de trabalho. A riqueza socialmente produzida não é apropriada igualmente pelos indivíduos sociais. Daí vem a acumulação capitalista, onde o capital é privatizado, centralizado e concentrado na mão de uma pequena parcela da humanidade, enquanto a maior parte da classe trabalhadora vive na miséria.

Assinala a necessidade de desocultar a realização do trabalho nas condições da propriedade privada, da divisão do trabalho e da produção mercantil, complexos que fundamentam a explicação do fenômeno da produção da pobreza em paralelo ao da riqueza; da crescente valorização do mundo das mercadorias em detrimento do mundo dos homens e a conseqüente produção do próprio trabalhador como mercadoria. Neste

conjunto de fenômenos, o processo de produção de mercadorias torna o trabalhador alienado do que produz, a realização do trabalho aparece como desrealização do trabalhador (DUBOC; DURIGUETTO, 2019, p.275).

É possível perceber que o surgimento da chamada “questão social” está diretamente vinculado a relação conflituosa existente entre as classes, dessa maneira se expressa no âmbito da relação ente capital e trabalho. É na verdade um produto histórico dessa relação já que, no capitalismo, a desigualdade e a divisão das classes antagônicas são essenciais para a manutenção do sistema. Para tanto, devido à resistência que os trabalhadores buscam impor sobre a exploração de sua força de trabalho a partir da organização sindical e partidária, o capital empreende um controle da superpopulação relativa, desempregada e precarizada, para aplacar a mobilização de seu oponente:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2011, p. 748).

O Estado tem um grande papel na conservação da ordem burguesa ao tentar responder algumas demandas do proletariado no sentido da reprodução da força de trabalho necessário ao capital para manter as bases e as relações sociais através de meios coercivos de manutenção da ordem, o que acaba contribuindo para a reprodução das relações socialmente reproduzidas, ou seja, ele atua na organização da divisão social do trabalho. Sendo esse um campo de lutas e representação das duas classes fundamentais, ora o Estado consegue conciliar tais interesses de classes, as vezes através das negociações através dos sindicatos e dos partidos políticos, ora reprime as reivindicações e demandas trabalhistas simplesmente por ser uma instância instrumentalizada do capitalismo.

É no meio desse processo que irá surgir a profissão do Serviço Social, como um dos componentes do capitalismo em sua fase monopolista, para atuar sobre as condições de reprodução da força de trabalho, ou seja, são solicitados profissionais que irão atuar sobre as refrações da “questão social” que trataremos no próximo capítulo.

Ao introduzimos o aspecto da alienação e do estranhamento presente no trabalho diante das condições impostas pelo capitalismo, devemos ter em mente a complexibilidade das resoluções que se expressam a partir dessa relação. Um dos muitos resultados é o processo de

adoecimento social<sup>17</sup> através do trabalho, ou seja, da própria forma de viver e se organizar na sociedade capitalista. Muitos autores já relatam a relação do trabalho com o adoecimento. Com a flexibilização, nos marcos neoliberais, as condições de trabalho se tornaram cada vez mais insustentáveis a todos os que vivem do seu próprio trabalho. Como apontam Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010, p.231) esses “[...] são processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade. São afetadas as demais dimensões da vida social, laços familiares e intergeracionais”. Quando o trabalho perde o seu sentido social, ele também perde o sentido para aqueles que o realizam. Falaremos mais adiante sobre os reflexos da exploração do trabalho e das contradições do sistema capitalista na vida dos trabalhadores.

---

<sup>17</sup> Entendemos aqui que os determinantes sociais influenciam, em maior ou menor grau, o processo de saúde e doença.

## **Capítulo 2 – O Serviço Social enquanto profissão assalariada decorrente do capitalismo: seus desafios em contribuir para as transformações sociais**

Neste capítulo falaremos do processo histórico de surgimento e desenvolvimento do Serviço Social como profissão, destacando suas dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política nos diferentes contextos políticos, econômicos, sociais e culturais no Brasil. Em seguida, trataremos de forma mais esmiuçada o Projeto Ético-Político da profissão (isso levando em consideração o debate realizado no primeiro capítulo que aborta os fundamentos marxistas no qual o Serviço Social brasileiro se baseia e que dá a ela a capacidade de compreender o movimento da realidade nas determinações fundamentais do capitalismo) e seus desafios em meio a ofensiva do capital, analisando de que forma as limitações profissionais afetam suas motivações e sua materialização uma vez que os profissionais ocupam uma posição contraditória na divisão social e técnica do trabalho: uma profissão de origem conservadora e com um projeto revolucionário na atualidade.

### **2.1. Fundamentos históricos e teóricos-metodológicos do Serviço Social brasileiro**

No fim do século XIX ocorreram muitas mudanças no cenário brasileiro, a abolição da escravatura seguido da Proclamação da República, o que desencadeou uma série de mudanças no que se refere as questões econômicas, políticas, sociais e culturais. É nesse período que é introduzido na sociedade brasileira o sistema capitalista em sua fase monopolista que desencadeou um processo de urbanização e industrialização no país.

Na passagem da década de 1920 para a de 1930, temos uma nova configuração do Estado, política e economicamente, como no cenário social. Na República Velha a economia brasileira era centrada basicamente na produção agrícola para exportação, principalmente do café, e com a queda da Bolsa de Valores em Nova York, em 1929, a situação do país se agravou. A crise econômica auxiliou na eclosão das expressões da “questão social”. Como resposta as demandas decorrentes do pauperismo da população, junto a uma necessidade da classe burguesa em se reproduzir (mantendo o poder hegemônico e o desenvolvimento das forças produtivas), houve no Brasil uma configuração do espaço público-estatal, ou seja, uma refuncionalização do Estado a partir da chamada “Revolução de 1930” e o “Estado Novo”. Ainda neste período, por parte desse novo papel do Estado, é construído um modelo de desenvolvimento pautado na indústria e voltado para o mercado interno, um investimento mais central a partir da valorização dos aspectos nacionais.

Contudo a vida para a maioria da população era extremamente difícil. Nas cidades a massa salarial era baixíssima, não havia leis trabalhistas e as condições de trabalho eram péssimas, com uma carga horária extensa, além da exploração sem quaisquer auxílios a doenças ou invalidez. As moradias eram precárias e o acesso à educação e a saúde quase não existiam para a população. No campo era ainda pior, por isso o êxodo rural era frequente. Com a intensificação industrial também houve um enorme número de imigrantes que fez ascender ainda mais as expressões da “questão social”.

Na década de 1920 a “questão social”<sup>18</sup> era tratada como caso de polícia e o Estado atuava como agente de controle social e protetor da propriedade privada. Perante esse cenário, essa parcela da população encontrava-se insatisfeita, o que desencadeou movimentos de reivindicação por parte dos operários.

A acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do pólo industrial e na vinculação da economia ao mercado mundial. O processo revolucionário em curso no Brasil desde a segunda metade da década de 20 vinha exigindo uma rápida recomposição do quadro político, social e econômico nacional. A repressão policial, típica da 1ª República, através da qual a burguesia desejava conter o avanço do movimento operário, já não se mostrava mais eficaz (MARTINELLI, 2000, p. 122).

Em respostas a essas reivindicações surge um movimento voltado à ação social por parte da Igreja Católica e do Estado, ambos buscando atender seus próprios interesses, seja na recristianização da humanidade da primeira, ou a reprodução da forma de trabalho do segundo. Conhecido como “reação católica”, naquele momento a Igreja Católica pretendia reerguer suas bases doutrinárias, através do enquadramento da sociedade, pois vale lembrar que “[...] a religião católica perde sua ampla hegemonia enquanto concepção de mundo das classes dominantes [...] e na Sociedade Civil, vendo evadir-se ou sendo expulsa de uma série de setores até então sob seu domínio quase absoluto” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p.141).

É através das ações sociais que a Igreja buscará apropriar-se novamente de seus privilégios, com projetos de disciplinamento da classe trabalhadora. Neste processo o Estado fica atribuído de novas funções instituindo políticas sociais e assistenciais na administração das crises cíclicas do capitalismo, enquadrando a força de trabalho e reproduzindo as condições necessárias para a manutenção da ordem burguesa e do sistema capitalista monopolista, sendo

---

<sup>18</sup> A profissão se insere na reprodução da força de trabalho intervindo na questão social: produto da relação trabalho e capital, são os problemas sociais, econômicos, políticos e culturais advindos dessa relação, que se expressa de maneiras diversas: desemprego, fome, pobreza, dentre outros fenômenos.

que estão postas, “[...] portanto, as condições para a criação de um determinado espaço sócio-ocupacional para os profissionais de Serviço Social; possibilitando a inscrição formal da profissão na divisão social e técnica do trabalho” (ORTIZ, 2010, p. 22). A partir daí cria-se as condições necessárias para a implementação de agentes capazes de atuar sobre as expressões da “questão social”.

O Serviço Social tem suas origens na região ocidental da Europa, no fim do século XIX, vinculado a Igreja Católica e baseado na filosofia de São Tomás de Aquino, estando relacionado as práticas da caridade e da filantropia adotando um caráter missionário. O Serviço Social como trabalho surge no início do século XX na América do Norte. Nessa perspectiva é introduzido elementos científicos à abordagem profissional, a partir de um método de diagnóstico social baseado na tradição e no conservadorismo. Ambas as abordagens se baseavam na moral do sujeito e na sua responsabilidade individual, necessitando ajustá-lo a sociedade.

A diferença está na base dessa atuação, o Serviço Social estadunidense traz um aspecto técnico-operativo<sup>19</sup>, buscando romper com a perspectiva da moral religiosa que estava presente no Serviço Social europeu. O Serviço Social no Brasil foi enraizado em bases doutrinárias de caráter conservador por parte da Igreja Católica e do Estado mais precisamente na década de 1930.

Surgiu como resposta as configurações do espaço público-estatal, como uma necessidade do sistema capitalista (para o fortalecimento da ordem monopólica), surgia para administrar as expressões da “questão social”, tendo como objetivo conter a ameaça comunista, a repressão por parte do Estado e a Igreja através da caridade. Estes fatores caracterizam as protoformas do Serviço Social:

O surgimento do serviço social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 30, como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social europeu. Evidentemente não pode ser entendido como uma simples transposição de modelos ou mera importação de idéias, pois suas origens estão profundamente relacionadas com o complexo quadro histórico-conjuntural que caracterizava o país naquele momento (MARTINELLI, 2000, p.121-122).

O Serviço Social, no Brasil se institucionaliza e se legitima profissionalmente como um dos recursos mobilizados pelo Estado e pelo empresariado, com o suporte da Igreja católica,

---

<sup>19</sup> Processo de institucionalização e profissionalização a partir da entrada dos assistentes sociais no mercado de trabalho, introduzindo o caráter científico na abordagem profissional. No Serviço Social norte-americano esse método tem como base a tradição e o conservadorismo, a partir do diagnóstico social na responsabilização e enquadramento do indivíduo. Para saber mais ler, *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de interpretação histórico-metodológica*, de Marilda Vilela Yamamoto e Raul de Carvalho (2006).

no enfrentamento e regulação das expressões da questão social. Fica evidente a forma extremamente conservadora e rígida pelo qual a sociedade e as Escolas de Serviço Social da época exigiam um padrão idealizado e perfeito de candidatos para estudar Serviço Social, assim como deixa claro que eles deveriam ser pertencentes à classe burguesa. Como afirma Ortiz (2010, p. 22), “[...] será supostamente o profissional bem-educado, de aparência simples e despojada, capaz de adentrar as intimidades privadas de seus “clientes”, com a seriedade e a ternura que fazem dele um “profissional da ajuda”, “do cuidado”, do aconselhamento e da indulgência”.

A predominância do sexo feminino é uma expressividade da profissão e essa característica se apresenta no contexto histórico, pela associação de sua imagem as tarefas educativas e caridosas, naturalmente vocacionada e qualificada a preservar a ordem moral da sociedade. Para ser uma assistente social, a mulher teria que ser íntegra na formação moral, sem interesse pessoal, com capacidade de devoção e sentimento de amor ao próximo, capaz de ver as situações penosas de seus irmãos pela ignorância e miséria.

Elas deveriam ser pessoas de senso crítico desprendido, que soubesse conquistar a simpatia dos assistidos, sabendo influenciar e convencer seus “clientes” disciplinando o operário e sua família. Nas protoformas da origem da profissão isso era visto como uma “missão” vocacional. Era necessário ter moral bem definida para “ajudar” a população que se “desviava” dos moldes tradicionais daquela época. As mulheres burguesas que tinham a moral bem definida e eram indicadas para desenvolver tal trabalho a essa população “desviada” eram as mulheres que possuíam as características “corretas” que se adequavam para este trabalho.

Neste momento se faz necessário uma breve contextualização do cenário mundial para que possamos prosseguir o discurso sobre desenvolvimento do Serviço Social brasileiro. Após a Segunda Guerra mundial as nações necessitavam se reerguer, determinar condições de vida para a sociedade e para isso houve uma expansão do Estado no que se refere as suas funções políticas e econômicas a partir da expansão das políticas sociais, a oferta de empregos, a produção e o consumo em massa. Assim, nos países de capitalismo central europeus se constituiu o chamado “Estado de Bem-Estar Social” (*Welfare State*), que também representou uma conquista dos direitos políticos pela classe trabalhadora no processo da luta de classes. É nesse momento que o Estado começa a investir mais na produção capitalista (criação de grandes empresas, corporações, centralização e centralização do capital) a partir do modelo de produção keynesiano-fordista. Esse processo de conquista representou, ao mesmo tempo, uma

concessão para manutenção do poder hegemônico da burguesia em meio aos ideais socialistas na Guerra Fria.

Até a década de 1960 e início da década de 1970, mantiveram-se essas bases tradicionais e conservadoras do Serviço Social, sendo assim práticas empiristas, reiterativas e burocratizadas, baseadas na correção dos indivíduos e na ética liberal da burguesia, práticas profissionais visivelmente funcionalistas. Apesar de haver um movimento de conservação da sociedade capitalista<sup>20</sup>, foi no período da ditadura civil-militar brasileira que se instaurou uma nova perspectiva da formação e da ação profissional, a partir da reorganização do Estado e das modificações da sociedade:

[..] a ditadura colocou para as práticas, as modalidades de reprodução e as (auto)representações profissionais. É na confluência deste condicionalismo inédito que se pode rastrear a essencialidade daquelas relações e identificar com nitidez a sua conexão com a renovação do Serviço Social (NETTO, 2005, p. 117).

Cabe ressaltar que essa mudança tem relação com o processo de desenvolvimento do capitalismo, por isso ela deve ser analisada a partir das suas diversas causas. Um desses aspectos é o *Movimento de Reconceituação do Serviço Social* que ocorreu na América Latina<sup>21</sup> que influenciou o Serviço Social no Brasil. Esse processo foi impulsionado pelas lutas sociais diante das desigualdades, o que fez surgir questionamentos acerca das nações imperialistas em relação as sociedades subdesenvolvidas, mas que foram interrompidas a partir dos golpes militares que se sucederam naquela época em quase todo território latino-americano sobre as influências do próprio imperialismo dos Estados Unidos da América.

Outro aspecto é a reconfiguração do Estado diante da crise da autocracia burguesa, o que conseqüentemente requereu uma reconfiguração profissional de Serviço Social. No Brasil essa requisição se estabelece no âmbito técnico e na formação dos profissionais. Eles são chamados a participar do processo de industrialização através de sua inserção nas indústrias (nas empresas), e no que diz respeito a “questão social” e a política. O profissional é chamado a vigiar e controlar a força de trabalho. Vale lembrar que nesse período o Brasil já vinha passando, desde meados dos anos 1940 e a década de 1950, por um processo de modernização e desenvolvimento o que impulsionou o mercado de trabalho para os assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais do Estado e nas empresas.

---

<sup>20</sup> Devemos lembrar que nesse período havia a disputa ideológica, político e econômica entre o capitalismo e o socialismo, que se configurou como a Guerra Fria entre os Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

<sup>21</sup> Esse processo é reflexo de uma conjuntura, mas deve ficar claro que ele não se desenvolveu de forma homogênea nos países da América Latina, é necessário considerar as particularidades sociais, políticas, econômicas e culturais de cada nacionalidade.

Segundo Netto (2005), no Brasil, o Serviço Social passou por um processo de renovação. E o que isso quer dizer? Quer dizer que se introduziu novas determinações à profissão, nos seus aspectos técnicos e na formação a partir da sua entrada nas universidades e sua interlocução com as ciências sociais, com a antropologia e com a psicologia social, inaugurando o pluralismo na profissão a partir de diversas perspectivas teóricas. Dessa nova formação profissional temos a associação dessa categoria as questões políticas, ainda que hegemonicamente conservadoras.

O autor Netto (2005) nos apresenta três movimentos e tendências fundamentais da renovação<sup>22</sup> do Serviço Social no Brasil: a modernização conservadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. Na *modernização conservadora*, que se instaurou já nos primeiros anos da ditadura (segunda metade da década de 1960), ao mesmo tempo que se modernizava o processo produtivo se mantinha o aspecto conservador da profissão, ou seja, ainda baseadas em correntes teóricas funcionalistas, acríticas, sem questionamentos, a intervenção se direcionava no enquadramento do usuário, representando uma ramificação do positivismo. Os marcos desse direcionamento se expressam nos seminários de Araxá e Teresópolis:

A racionalidade burocrático-administrativa com que a “modernização conservadora” rebateu nos espaços institucionais dos espaços do exercício profissional passou a requisitar do assistente social uma postura ela mesma “moderna”, no sentido da compatibilização do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades dimanantes daquela racionalidade. A prática dos profissionais teve de revestir-se de características – formais e processuais – capazes de possibilitar, de uma parte, o seu controle e a sua verificação segundo critérios burocrático-administrativos das instancias hierárquicas e, doutra, a sua crescente intersecção com outros profissionais [...] implicou um dimensionamento técnico-racional – quer no nível de *legitimação* das práticas, quer da programação organizacional (NETTO, 2005, p.123 - grifo do autor).

Dessa forma, o Serviço Social necessitou integrar, em seus aspectos formativos e técnicos, processos administrativos mais “modernos”, mais “racionalizados” na sua atuação, daí sua necessidade em distanciar de seu vínculo das práticas da igreja, e assim de sua imagem humanista abstrata para passar a ser visto como profissão a partir de sua entrada nas universidades, fator que é resultado do processo de *laicização* do Serviço Social.

Na *reatualização do conservadorismo*, em meados da década de 1970, nos anos de chumbo da ditadura, alguns elementos permanecem, porém, são apresentados novos elementos de crítica a tendência de modernização conservadora, ainda que de forma superficial sob bases

---

<sup>22</sup> Essas tendências se configuram como vertentes formativas que surgiram diante das possibilidades dos contextos sociais culturais e educacionais nos diferentes períodos da ditadura brasileira, e que representam o pluralismo teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político em discussão no Serviço Social brasileiro que surgiu naquela época.

da teoria da fenomenologia e ultrapassando a estrutura do desenvolvimentismo da primeira tendência. O foco permanece no sujeito e as bases são de cunho psicossociais:

Trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, nos domínios da (auto)representação e da prática, e os repõem sobre uma base teórico-metodológica que se reclama nova, repudiando, simultaneamente, os padrões mais nitidamente vinculados a tradição positivista e às referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. Essencial e estruturalmente, esta perspectiva faz-se legatária das características que conferiram a profissão o traço microscópico da sua intervenção e a subordinaram à uma visão de mundo derivada do pensamento católico tradicional; mas o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista. Aí, exatamente, o seu caráter renovador em confronto com o passado: o que se opera é uma reatualização dele, com um consciente esforço para fundá-lo em matrizes intelectuais, mas sofisticadas (NETTO, 2005, p. 157).

Essa tendência reforça e retoma as práticas da ajuda e da caridade relacionadas ao catolicismo, que a modernização conservadora desejava romper, e que ainda busca se justificar cientificamente. Ela pode ser observada nos seminários de Sumaré e do Alto da Boa Vista.

Já na *intenção de ruptura*, cujo marco é o “Método Belo Horizonte” (entre 1972-1975), nas reflexões de Marilda Villela Iamamoto e no “Congresso da Virada” (1979), que temos a introdução da perspectiva crítica marxiana na profissão dentro do processo de reprodução das relações sociais. Ela representou oposição e resistência política na luta pela democracia, como também a recusa as normas definidas pelo mercado. Com a entrada nas universidades, houve a possibilidade de se realizar pesquisas que só foram possíveis nos âmbitos da academia, ainda que sob as garras repressoras da ditadura, foi possível estabelecer um espaço de reflexão e investigação da formação dos assistentes sociais e de suas práticas profissionais de forma crítica e contrária a sociedade que a requisitou.

Diferente das duas correntes anteriores, a intenção de ruptura faz uma crítica sistêmica as bases teóricas, aos métodos e as ideologias do Serviço Social (formação e profissão) anteriores. Dessa última, podemos perceber que existiu (com mais força ainda a partir da década de 1980, período que se inicia a abertura gradual da política e estabelecimento da democracia no Brasil), e ainda existe, uma tensão entre as políticas governamentais e o projeto profissional do Serviço Social do qual falaremos a seguir. É a partir desse referencial que a profissão busca romper com a ética da neutralidade, estabelecendo um posicionamento político e sua relação com os segmentos da classe trabalhadora.

...] a partir de meados dos anos oitenta, patenteia-se que a perspectiva da intenção de ruptura não é apenas um vetor legítimo do processo de renovação do Serviço Social no Brasil - evidencia-se o seu potencial criativo, instigante e, sobretudo, produtivo. [...] *Trata-se da referência a tradição marxista* – que, com a produção dos representantes desta perspectiva, pela primeira vez inscreve-se no universo simbólico dos assistentes sociais brasileiros de maneira significativa (NETTO, 2005, p. 267-268 - grifo do autor).

São as conquistas acumuladas pela profissão no decorrer das décadas de 1980 e 1990 no que se refere a sua legitimação, a formulação do currículo disciplinar, a definição de um código de ética profissional atualizado que correspondesse as novas propostas da intervenção dos assistentes sociais e a construção de um projeto ético-político que dão materialidade a nova fase do Serviço Social brasileiro.

## **2.2. O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro**

A partir da década de 1980, introduz-se na profissão uma nova orientação no que se refere às atuações profissionais e a base teórica-metodológica de sua formação a partir de uma leitura crítica da realidade e que, diante dessa interpretação, busca romper com o conservadorismo da ação profissional. Inscrita na divisão social e técnica do trabalho, a profissão ocupa um espaço em meio a contradição das requisições sociais dos trabalhadores e a manutenção do sistema capitalista, assim seu trabalho participa dos mecanismos de exploração ao mesmo tempo em que oferta, por meio institucional (com base nas políticas sociais), as condições para reprodução da força de trabalho. No entanto, diferente de outras profissões também inscritas nessa dinâmica, o Serviço Social apresenta uma proposta diante desse novo posicionamento contra a sociedade burguesa, no seu enfrentamento e sua superação, através de um projeto profissional que se vincula aos projetos sociais e profissionais de outras organizações da sociedade que buscam a emancipação das classes trabalhadoras.

Nas décadas de 1970 e 1980 o Brasil passava por um período ditatorial civil-militar, com base nessa conjuntura política e social havia movimentos de resistência e democratização contra o autoritarismo do Estado. Viu-se a necessidade em se comprometer e aliar as demandas das classes populares por parte dos profissionais. Vinculou-se a profissão uma necessidade de dar novo significado a sua prática interventiva tradicional, postura que fez surgir novas áreas de investigação que se aliavam a conquistas e defesas dos direitos civis e sociais que, posteriormente, culminaram na restauração da democracia.

Antes de mais nada quando mencionamos projetos devemos entender que se trata de planejamentos estratégicos com base numa intenção pré-determinada que tem uma finalidade a

ser alcançada. Os projetos sociais, no geral, se orientam para uma determinada direção de acordo com os interesses daqueles que os defendem, e esses interesses são moldados pela escolha de valores desse grupo. Essa escolha deve ser um ato consciente e livre a partir da investigação subjetiva do indivíduo perante a sociedade. Essa constituição dos projetos em sociedade onde existem classes sociais distintas, como é no capitalismo, eles adotam um caráter político, pois representam a organização e representação coletiva, no meio democrático, pela disputa de poder.

Já sabemos que, no desenvolvimento da humanidade, quanto mais complexas são as formas de reprodução da vida social, mais complexos são os aparatos para sua manutenção:

O que equivale a dizer que eles vão criando, cada vez mais, formas de objetivação na realidade, as quais podemos chamar de *práxis*: aquelas “voltadas para o controle e a exploração da natureza e [aquelas] voltadas para influir no comportamento e na ação dos homens”, que é o que peculiariza a *práxis* profissional (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 3).

Seguindo a segunda indicação da *práxis*, apresentado pelos autores acima, podemos encontrar como um de seus componentes a moral enquanto instrumento para regularizar os comportamentos dos indivíduos em sociedade, ou seja, possibilitando a manutenção de uma determinada forma de pensar, de agir e viver. Ela surge a partir do momento em que os seres humanos atingem um certo grau de desenvolvimento da consciência na medida em que se distanciam da natureza. Devemos lembrar que a moral, sendo uma construção social, se modifica ao longo do tempo variando em cada contexto social. Quando a moral, ato particular, atinge a dimensão social se afastando de suas motivações iniciais, isto é, quando ela se alia com as de outros sujeitos da totalidade social é que se instauramos a ética: “[...] ao se afastar – ainda que por um tempo determinado – de sua singularidade e de suas motivações efêmeras, seja através de ações práticas ou de reflexões teóricas, o sujeito moral atinge um outro patamar de objetivações, que o elevam à sua dimensão de sujeito ético” (BARROCO, 2009, p. 10).

A ética na questão profissional, neste caso na profissão de Serviço Social, se estabelece nas ações do cotidiano dos profissionais perante as demandas sociais e no seu compromisso com os usuários, a classe trabalhadora na qual faz parte. Logo essas ações propositivas, que correspondem ao projeto profissional, se vinculam aos projetos de sociedade. Essa escolha não é neutra, ela tem um lado e um propósito e possui uma base científica, filosófica e social para se sustentar. Como vimos no item anterior, o processo de Renovação do Serviço Social brasileiro se instaurou graças a possibilidade de se discutir a profissão de forma plural no âmbito das teorias sociais com sua entrada nas universidades. Isso possibilitou a inclusão do debate da tradição marxista nas bases da formação e profissionalização do Serviço Social. Era necessário

um método científico que correspondesse as dimensões éticas da profissão na criação de valores e nas determinações das condutas profissionais que dialogassem com a realidade e com a imagem que a profissão desejava construir, assim “[...] tal identidade coletiva que o projeto profissional suscita surge em meio aos contraditórios interesses de classe que determinam o Serviço Social. Por isso, ele só pode ser pensado em relação a um projeto de maior envergadura: o projeto societário” (BRAZ; TEIXEIRA, 2009, p. 4). Netto (2007, p. 4), também analisa o processo de constituição da auto-imagem dos assistentes sociais:

Os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elege os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços [...] – o respectivo corpo (ou categoria) profissional, que inclui não apenas os profissionais “de campo” ou “da prática”, mas que deve ser pensado como o conjunto dos membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização (envolvendo os profissionais, as instituições que os formam, os pesquisadores, os docentes e os estudantes da área, seus organismos corporativos, acadêmicos e sindicais etc.) que um corpo profissional elabora o seu projeto.

Essa atribuição a prática profissional se expressa por meio de sua atuação na intervenção social que só pode se efetivar aliado a outros projetos profissionais e sociais. Porém, na luta de classes, há a disputa de projetos sociais de categorias distintas que podem tender para conservação ou transformação da organicidade da sociedade capitalista. A ética profissional não é isenta da alienação e os projetos profissionais, para se realizarem, dependem das possibilidades e dos limites de ação profissional. É necessário que saibamos que o projeto profissional não é homogêneo uma vez que seus agentes são indivíduos singulares, com origens, valores, opiniões e interpretações de mundo diversas<sup>23</sup>.

Dessa forma a profissão de Serviço Social se caracteriza como um espaço plural onde há contradições, mas que devem possibilitar o debate. Diante dessa situação podemos definir dois aspectos do projeto profissional, segundo Netto (2007): os aspectos imperativos e os aspectos indicativos. Os imperativos são os componentes obrigatórios da profissão que se destinam a todos os profissionais – são aqueles relacionados as regulamentações jurídicas. Os indicativos são aqueles cujo consenso não se verifica em toda a categoria profissional, não se tornando uma obrigatoriedade.

O Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as novas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social (ABEPSS) do ano

---

<sup>23</sup> Existem outros projetos em disputa na profissão.

de 1996, compõem a base que dá materialidade e legalidade aos assistentes sociais no Brasil, e que se configuram como as normativas do projeto ético-político.

No caso do Serviço Social brasileiro, o projeto ético-político da profissão nega totalmente o modelo capitalista, pois entende que, na sua dinâmica estrutural, a divisão e a exploração de classes nunca serão superadas, justamente por serem essenciais para sua conservação. Sua vinculação aos projetos sociais direcionados a transformação da sociedade acontece justamente pela dimensão política e intervenção social da prática profissional que se baseiam num conjunto específico de valores e se apresentam da seguinte forma nos Princípios Fundamentais do Código de Ética do Serviço Social:

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 2011, p. 23-24)

A matriz teórica-metodológica do Serviço Social (curso e profissão) vinculada a tradição marxista, vislumbra a perspectiva revolucionária, ou seja, segue pela via da superação dos antagonismos da sociedade capitalista o que, conseqüentemente, implica numa superação dessa organização social. Assim, o profissional deve ser propositivo (conforme as condições históricas sociais e políticas apresentadas na realidade concreta) superando o imediatismo do cotidiano cobrado pelas instituições empregadoras, para garantir a universalização do acesso as políticas e programas sociais no campo democrático de forma a contribuir com o processo de distribuição da riqueza socialmente produzida. Ele deve defender seu campo de trabalho, as suas atribuições, se comprometendo a qualificar sua formação de forma contínua. Entretanto,

Na sociedade capitalista, organizada a partir da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais, da divisão social do trabalho e da exploração do homem pelo homem, a objetivação histórica da ética é limitada e desigual, convivendo

com sua negação, o que evidencia o fenômeno da alienação, que expressa o antagonismo entre o desenvolvimento do gênero humano – em termos do que a humanidade produziu material e espiritualmente – e sua apropriação pela totalidade dos indivíduos (BARROCO, 2009, p. 6-7).

Então, do conjunto de elementos que compõe o Projeto Ético-Político do Serviço Social podemos encontrar os princípios e valores ético-políticos, a matriz teórico-metodológica na qual se baseia, a crítica a ordem burguesa e o posicionamento político da categoria diante das lutas sociais que se aliam a outras organizações da sociedade.

Apesar das conquistas sociais que se corporificaram na Constituição Federal de 1988, com a chegada dos ideais neoliberais, somadas as determinações históricas da formação sócio-histórica do Brasil<sup>24</sup>, na última década do século XX no cenário nacional engendrou novos desafios à atuação dos profissionais do Serviço Social, afetando a política, a economia e a cultura brasileira – a privatização do Estado, os retrocessos das políticas sociais como a saúde, a educação, dentre outras. Essa estratégia da classe burguesa instaurou novos mecanismos para sua manutenção através da reestruturação produtiva numa tentativa de restaurar o conservadorismo, o que dificulta a implementação do Projeto Ético-Político e sua contribuição com as transformações sociais.

Os profissionais são forçados a dar respostas mais imediatas as demandas dos usuários, sem que sejam possíveis uma análise concreta e uma intervenção propositiva, fenômeno que reforça ainda mais o processo de alienação. O vínculo contratual com o empregador delimita e determina a ação profissional dos assistentes sociais, sendo que essa condição, diante da autonomia relativa dessa categoria, acaba por consumir as disposições políticas desses profissionais uma vez que o Projeto Ético-Político profissional não se realiza em sua integralidade.

Devemos deixar claro que as transformações sociais, na qual estamos mencionando, não dependem exclusivamente dos profissionais do Serviço Social, mas sim de sua vinculação aos demais projetos profissionais e projetos sociais que se direcionam aos princípios éticos e políticos já mencionados neste texto, eles só podem ser pensadas e efetivadas levando em consideração as condições possíveis presentes no contexto social. Cabe ao assistente social fazer escolhas e tomar atitudes contrárias ao assistencialismo, à filantropia e ao fatalismo, fugindo das tendências do neoconservadorismo mesmo quando o mercado de trabalho exige

---

<sup>24</sup> Devemos pensar esse processo levando em consideração as particularidades do processo de formação da sociedade brasileira, desde a colonização, a escravidão, a imigração de inúmeras nacionalidades diante do processo de desenvolvimentismo, dentre outros aspectos que são determinantes para interpretar as condições atuais do país.

cada vez mais trabalhadores técnicos, acríticos e práticos, que são justamente aqueles que contribuem para o capital.

O que acontece é que: “[...] a identidade profissional submete-se às características meramente funcionais ao capital: o pragmatismo; a polivalência; a competitividade; o empreendedorismo; a adaptabilidade e o individualismo, reforçando assim, a prática predatória da força de trabalho” (CARDOSO, 2012, p. 11).

Nas linhas abaixo discutiremos os impactos desse processo no trabalho, principalmente dos profissionais do Serviço Social levando em consideração seu posicionamento político em conflito com as instancias que o empregam.

### **2.3. Desafios da atuação profissional na atualidade**

Voltamos a mencionar, os assistentes sociais, enquanto trabalhadores assalariados, se inscrevem no processo de mercantilização do capital, estão submetidos as relações de troca e venda de sua “força de trabalho” para as instituições empregadoras. Apesar de sua introdução como profissão conservadora, nas últimas quatro décadas vêm sendo construído um novo perfil profissional que confronta a sociabilidade capitalista. Inscrita nesse processo de acumulação capitalista, a profissão se insere na divisão social e técnica do trabalho entre a classe que detém os meios de produção e os trabalhadores. Diante dessa dualidade<sup>25</sup> - já apontada por diversos autores da área - os assistentes sociais se encontram numa posição contraditória em seu exercício profissional tendo que responder as demandas da classe trabalhadora ao mesmo tempo em que garante as condições de produção e reprodução social do sistema capitalista.

A emergência da profissão na sociedade capitalista, no estágio monopolista, a submete as determinações dessa sociedade perante os “[...] dilemas e constrangimentos comuns a todos os trabalhadores assalariados [...] sobre os impactos da reestruturação produtiva nas relações e condições de trabalho desta classe” (RAICHELIS, 2011, p.425-426). Raquel Raichelis (2011, p. 427) aponta uma relação de trabalho e adoecimento, inclusive da categoria dos assistentes sociais, decorrente das condições em que se encontram os trabalhadores com a ofensiva neoliberal, indicando que “[...] os dilemas da alienação são indissociáveis do trabalho assalariado e incidem no exercício profissional do assistente social de diferentes modos, dependendo de quem são seus empregadores [...] nos diferentes espaços sócio-ocupacionais onde realizam suas atividades”.

---

<sup>25</sup> Ler mais a respeito Netto (1998) e Yamamoto (1992).

Na especificidade do Serviço Social esse tensionamento se complexifica graças ao Projeto Ético-Político da profissão, pois requer ações propositivas menos burocratizadas e estão comprometidas com os interesses políticos sociais e coletivos que reforcem os direitos e a autonomia da classe trabalhadora a partir da crítica da realidade.

Esse compromisso da profissão com as transformações sociais não é neutro e não se efetiva num curto espaço de tempo, é necessária uma organização política persistente pois entende-se que na sociabilidade capitalista as desigualdades sociais não serão superadas assim como as múltiplas expressões da “questão social” (objeto de trabalho dos assistentes sociais), daí vem a radicalidade da profissão. Portanto, suas estratégias de intervenção buscam a justiça, a igualdade, a liberdade e o exercício da cidadania a partir da democracia participativa, para estabelecer uma sociabilidade sem exploração de classe que é um dos elementos essenciais da atual ordem econômica-social e extremamente desafiadora para o Serviço Social.

Voltamos a discutir as produções de Netto (2007), as ações humanas, individuais ou coletivas, são orientadas para um fim objetivado para a satisfação de uma necessidade ou interesse, assim como estabelecem, antecipadamente e com valores que a justificam, os meios mais viáveis para atendê-los. Nessa perspectiva, as ações coletivas<sup>26</sup> representam projetos de sociedade e, essencialmente, de caráter político e de classe *que envolve relações de poder*. E como sabemos, historicamente, as mobilizações das organizações coletivas apresentam-se como fenômeno causador das transformações sociais de uma determinada conjuntura.

Da mesma forma são instituídos os projetos de profissão que determinam as funções, as especificações enquanto categoria qualificada e especializada para o exercício a qual é atribuída, bem como a postura profissional perante seu objeto, a equipe e o campo de trabalho, o que exige a organização e o fortalecimento da profissão ocupando outros espaços sociais estabelecendo alianças com outras categorias. É também necessário que tal projeto esteja de acordo com as possibilidades reais, ou seja, que dialogue e se modifique conforme aponta a direção do projeto diante das alterações do contexto histórico, social político e cultural. No caso do Serviço Social, entende-se que:

[...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, este projeto profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero (NETTO, 2007, p. 15).

---

<sup>26</sup> Podemos citar os movimentos sindicais, o movimento feminista, o movimento negro, o movimento LGBT, dentre outros.

No entanto, a condição de trabalhador assalariado não permite que os assistentes sociais tenham pleno controle dos meios e condições de realização de seu trabalho ficando a cargo de quem os emprega, o que *limita a materialização do projeto profissional*. Fator decorrente da precarização do trabalho que não possibilita a reflexão acerca dos fenômenos do cotidiano fazendo com que os profissionais adotem ações cada vez mais imediatas, em que os processos burocráticos não permitem a relação e/ou vínculo entre profissional e população usuária.

Trata-se de uma dinâmica institucional que vai transformando insidiosamente a própria natureza da profissão de Serviço Social, sua *episteme* de profissão relacional, fragilizando o trabalho direto com segmentos populares em processo de mobilização e organização, e o desenvolvimento de trabalho socioeducativo numa perspectiva emancipatória (RAICHELIS, 2011, p. 433 - grifo da autora).

O Estado tem sido contribuinte nesse processo de implementação das novas configurações do trabalho (através da precarização econômica e da precarização da proteção social) questões que, com a reestruturação produtiva, foram necessárias para conciliar com as novas determinações do capital, a nível tecnológico e científico. No entanto,

[...] os assistentes sociais, na condição de servidores públicos, apresentam particularidades laborais que merecem destaque, pois são reiteradamente desafiados a responder ao hiato existente entre a intenção progressista do projeto profissional (que ainda supõe-se hegemônica); espaços sócio-ocupacionais cada vez mais engessados, seja por políticas sociais precarizadas, por direitos sociais descaracterizados pelo avanço neoliberal; e/ou por locais de trabalho reestruturados e submetidos a uma lógica *gerencialista* que a tudo domina: tempo de vida de labor, forjando um homem desprovido do potencial ontológico do trabalho (LEITE; VALLE, 2018, p.110 - grifo do autor).

Tais circunstâncias apresentam novos desafios para os assistentes sociais, que, ao mesmo tempo, regridem às práticas conservadoras da profissão, fenômeno que representa um retrocesso das correntes críticas e revolucionárias que dão suporte ao projeto ético-político profissional.

Desde a década de 1990 vem ocorrendo uma ofensiva neoliberal com as contrarreformas institucionais ligadas a modificação do papel do Estado na economia, com os processos de privatizações, de desregulamentação e de desburocratização, através de ajustes fiscais, com o redirecionamento do fundo público, com a minimização dos custos e investimentos sociais, o que representa reflexos de uma sociedade, como apontam Janete Leite e Karla Valle (2018), que não conseguiu superar, ao longo desses anos, seu passado colonial, que naturaliza as expressões da questão social desvinculando desses processos suas causas reais.

Dentro do regime democrático de disputa de poder, isso representa uma diminuição/limitação da classe trabalhadora nas tomadas de decisão. Segundo as autoras,

[...] trata-se, pois, não da limitação ou redução do papel do Estado, mas sim *da diminuição do poder das classes subalternas dentro desse aparato*. Esse Estado seletivo, ainda segundo Fontes (2012), engendra uma cínica cultura cívica e democrática (de participação e representação), a fim de adstrar consensos sociais por meio do disciplinamento das massas mediante categorias como: *empoderamento, responsabilidade social, empresa cidadã, empreendedorismo e sustentabilidade*. Configura-se um *léxico prático e cultural* legatário dos processos de desregulação e flexibilização do trabalho que, segundo Mészáros (2007), promove termos que desejam soar como progressistas, porém *incorporam as mais agressivas aspirações do antitrabalho condicionadas pelo ideário neoliberal* (LEITE; VALLE, 2018, p.116-117 - grifo das autoras).

Nesse contexto é requisitado um trabalhador gerencialista que seja submetido e cumpra seu papel em prol do desempenho de qualidade, que seja eficaz e competitivo, adaptável e flexivo, que se configure de acordo com o que é solicitado por seus empregadores. As demandas das instituições empregadoras acabam se configurando como *instrumento de organização do poder* “[...] construindo uma representação do humano como um recurso a serviço da empresa. [...] dessa forma, o poder gerencialista mobiliza a *psique* sobre os objetivos de produção: o trabalhador se culpa e se cobra por seus limites e falhas sem demandar um chefe para tanto. [...]” (LEITE; VALLE, 2018, p. 119). A disseminação dessa ideologia confirma a

[...] perversidade como uma característica do *ethos* da gestão capitalista do trabalho humano (Alves, 2014). Tal processo implica a captura da subjetividade do homem que trabalha, envolvendo-o emocional e afetivamente com o conteúdo de sua atividade laboral. Logo, o adoecimento pessoal é apenas a expressão de uma situação-limite de estranhamento que perpassa, hoje, o trabalho na sociedade burguesa. (LEITE; VALLE, 2018, p. 120 - grifo das autoras).

A vida cotidiana tende a limitar a experiência de vida dos homens os consumindo diariamente e os rebaixando a máquinas produtivas, peças substituíveis, abdicando-os da condição de pessoas, de gênero humano e cidadãos dignos. Ao trazeremos essa discussão para o campo da profissão do Serviço Social, devemos ter em mente que as mudanças no mundo do trabalho impactam a atuação dos assistentes sociais que se configurando como

[...] desafios inerentes à reprodução acrítica de prática e saberes profissionais no cotidiano laboral, tendo em vista que a vida cotidiana tanto pode se apresentar como um espaço de alienação, como um mundo de mediocridade, ou como um universo com possibilidade de resistências e transformações (LEITE; VALLE, 2018, p. 120).

O que podemos perceber é a descaracterização do significado do trabalho dos assistentes sociais, subordinado ao processo de alienação diante da coisificação das relações sociais ao lidar com os dilemas estruturais do capital, como também um enfraquecimento do movimento popular democrático no qual ele se insere. Diante desse processo, devemos nos questionar: como tem trabalhado os assistentes sociais com essas novas determinações organizativas? E, até que medida, essas novas reconfigurações de trabalho afetam a saúde, física e mental, dos trabalhadores, não somente no local de trabalho (momento em que se está trabalhando), como também nos outros aspectos da vida particular do trabalhador?

Muitos autores já relatam a relação do trabalho e adoecimento, atualmente observa-se o distanciamento cada vez maior de sua importância e seu significado. É possível perceber sua associação da precarização ao adoecimento social, bem como a destruição do meio ambiente comprometendo a vida das pessoas e das futuras gerações esgotando de forma imprudente os recursos naturais essenciais para a vida no planeta terra. Com a flexibilização, nos marcos neoliberais, as condições de trabalho se tornaram cada vez mais insustentáveis a todos os que vivem do trabalho. Como apontam Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010) esse processo é extremamente contraditório, ao passo de que a humanidade possui atualmente condições e acúmulo tecnológico e científico suficiente para "resolver" essas questões, mas apesar disso,

[...] o mundo da produção continua, predominantemente, estruturado e se movendo pela acumulação de capital e lucro. Isto leva à progressiva hipotrofia e perda de uma razão social do trabalho. a lógica produtiva permanece a mesma que regia as relações capital/trabalho no século XIX, aprofundando a apropriação privada da riqueza socialmente gerada e dos elementos da natureza, consolidando o mercado como eixo da sociedade. Esta lógica limita, ao mesmo tempo extingue, as possibilidades do trabalho se constituir um meio de desenvolver a dignidade, a solidariedade e as potencialidades do ser humano (DRUCK; FRANCO; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 230).

Assim, o trabalho no capitalismo está diretamente relacionado a um contexto de sofrimento e ao processo de adoecimento dos indivíduos, se configurando com que as autoras chamam de trabalho patogênico, afetando todos os que vivem dele, os deixando vulneráveis diante das instabilidades dessa forma de viver. Das inúmeras formas que pode se manifestar podemos citar a pressão nas dinâmicas de trabalho, a obrigação da multifuncionalidade, os contratos precarizados, que disseminam sentimento de insegurança e incerteza, as situações de sujeição, de competição, de desconfiança, o individualismo, o desrespeito a subjetividade, a perda do controle do tempo, dentre outras questões que vão além do ambiente de trabalho e afetam outras áreas da vida das pessoas.

Das condições precárias em que o trabalho se apresenta, sob as novas determinações do capital, podemos citar os estabelecimentos de novos vínculos e contratos, a organização e as condições do trabalho cada vez mais flexibilizados e impulsionado pelas ferramentas tecnológicas. No que se refere aos vínculos empregatícios, podemos observar, cada vez mais, a perda dos direitos trabalhistas conquistados socialmente no decorrer dos anos, como, por exemplo, jornadas de trabalho viáveis<sup>27</sup>, o transporte, a alimentação, os benefícios de proteção a integridade do trabalhador e que são necessários para a sua vida. Fato que também refletem o enfraquecimento da organização e das representações trabalhistas, bem como o reconhecimento

---

<sup>27</sup> Pelo contrário, o que tem ocorrido são cobranças por horas extras (inclusive não pagas), em que, muitas vezes, não há o direito a folgas e/ou férias remuneradas.

e a identificação social e de si próprio. O que nos leva a organização e as condições de trabalho onde se observa uma atmosfera de competitividade, de ritmos intensos, muitas vezes sem interrupções, de metas inalcançáveis que exigem profissionais que precisam ser polivalentes para manterem seus empregos<sup>28</sup>.

Como resultados das sujeições aos quais os indivíduos são expostos<sup>29</sup> no trabalho leva, como menciona Druck, Franco e Seligmann-Silva (2010), a fragilização (orgânica, existencial e identitária) desses sujeitos. Das patologias associadas as contradições dos biorritmos dos indivíduos, as autoras pontuam dois grupos, sendo eles o das LER/DORT<sup>30</sup> e o dos transtornos mentais, dando destaque aos:

[...] *transtornos do ciclo vigília-sono* - comuns em trabalhadores em regimes de turnos alternados e de trabalho noturno [...] e, muitas vezes, aparecem associados (em comorbidade) ao *quadro de fadiga patológica* [...] e o Esgotamento Profissional (*Síndrome de Burnout*), identificado no histórico de muitos casos de quadros depressivos e de processos psicossociais que conduzem aos suicídios e à escalada da dependência do álcool e das drogas (DRUCK; FRANCO; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 232).

No artigo as autoras também nos apresentam alguns resultados sobre os estudos de Saúde Mental Relacionada ao Trabalho (SMRT) e a violência psicológica, que concluem que o desgaste psíquico vinculados ao trabalho emergem nas relações de poder e as configuram como um ataque a subjetividade dos indivíduos que se expressam nas instabilidades, nas adversidades, na falta de controle, no desgaste orgânico e mental que levam aos transtornos psíquicos afetando seus sentimentos, suas emoções, seus valores, suas possibilidades de defesa ou resistência, os deixando sujeitos a humilhações, a experienciarem a injustiça e a violência, os levando ao desgaste da esperança.

Esses ambientes ignoram os limites humanos, são cobrados profissionais capacitados que possa realizar até mesmo tarefas que não se configuram como sua função (atribuição de mais tarefas que se expressam em conhecimentos de outras áreas) pré-determinadas no contrato, isso baseado no discurso da excelência e do aprimoramento profissional, cobranças realizadas sob a imposição do medo que incentivam a competição que levam ao individualismo, ao desrespeito e a falta de empatia. Essas condições impostas pelo mercado de trabalho ao

---

<sup>28</sup> Indicação de leitura complementar do artigo de Camargo (2021).

<sup>29</sup> Em muitas instituições os funcionários nem ao menos recebem treinamento ou equipamentos para proteção a fim de economizar recursos diminuindo os custos do empregador, o que indica desprezo a vida de seus funcionários.

<sup>30</sup> Lesão por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho, que segundo o site do Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN, do Ministério da Saúde, se tratam de “doenças, lesões e síndromes que afetam o sistema músculo esquelético, causadas, mantidas ou agravadas pelo trabalho (CID-10 G50-59, G90-99, M00-99)”.

trabalhador o responsabilizam pela sua manutenção no emprego sob a forma de um *autoinvestimento* de controle de qualidade que não tem fim. Isso, muitas vezes, cria a intolerância, um ambiente em que os trabalhadores podem ser substituídos facilmente se fracassarem, se cansarem, se adoecerem ou atingirem certa idade.

Eles são obrigados a se esforçarem cada vez mais o que faz rompe seu equilíbrio psicológico e fisiológico, muitas vezes nem dando a chance ou o tempo devido a adaptação das novas formas complexas de organização de trabalho. É desse movimento que surgem os sentimentos de frustração, de angústia, o ressentimento, o mal-estar e a raiva, o ambiente onde antes os humanos se superavam e colaboravam para o desenvolvimento da humanidade, acaba se configurando como um ambiente de guerra que desumaniza.

Existe também uma valorização da flexibilização onde tempo de trabalho (no ambiente de trabalho) é ultrapassado e se confunde/mistura com o tempo destinado a outras questões da vida (lar, família, lazer, dentre outros), o que interfere diretamente na qualidade de vida dos sujeitos. Isso decorre da organização, dos vínculos, do tipo de gestão, da comunicação e outros aspectos da dinâmica de trabalho que perpassam os aspectos físicos<sup>31</sup>, mentais<sup>32</sup> e sociais<sup>33</sup> das pessoas.

Durante a pandemia decorrente da Covid-19, por exemplo, foi necessário adotar o isolamento social, e ela evidenciou as carências de equipamento, de recursos, bem como o despreparo da sociedade em lidar com uma crise sanitária mundial, isso exigiu novas formas de organização social, principalmente no trabalho. A tecnologia digital se tornou a ferramenta principal de trabalho em muitas áreas de atuação, incluindo os profissionais do Serviço Social, no entanto trouxe aspectos da precarização do trabalho através da flexibilidade e da informalidade em nome da produtividade acelerada (uma combinação de *degradação* e *superexploração*). Tais fenômenos criam uma:

[...] contextualização de degradação do trabalho e precarização das condições em que ele é exercido, impactando não apenas as condições materiais dos sujeitos que vivem do trabalho, mas também suas sociabilidades individuais e coletiva, considerando ainda a erosão dos sistemas públicos de proteção social, lugar institucional privilegiado onde operam os(as) trabalhadores(as) sociais (ARREGUI; RAICHELIS, 2021, p. 143).

As novas e constantes requisições no âmbito do trabalho, que atravessam outras áreas da vida, que obriga a adaptação dos trabalhadores exigindo mais atributos e habilidades

---

<sup>31</sup> Relacionados as funcionalidades orgânicas, como nutrição, ao descanso e repouso necessário para a renovação da força de trabalho, dentre outros.

<sup>32</sup> Oportunidades de acesso ao conhecimento, a educação, a vida e a participação política.

<sup>33</sup> Acesso ao lazer, a eventos públicos, a participação na comunidade, dentre outros.

profissionais, desencadeia tensões aos indivíduos que são forçados a provar seu valor constantemente, e que muitas vezes são levados a duvidarem de suas capacidades quando as expectativas fracassam, essa é uma tendência que persistirá após a pandemia. Segundo Arregui e Raichelis (2021), analisando as particularidades do Serviço Social brasileiro,

[...] os variados estudos, levantamentos, depoimentos, bem como o acompanhamento atento do debate profissional em diversos espaços ocupacionais, públicos e privados, evidenciam, de um lado, o medo, as pressões, as angústias reais de assistentes sociais, especial, mas não exclusivamente, daqueles(as) que estão na linha de frente do trabalho presencial; e de outro, os sofrimentos e adoecimentos desencadeados em todos(as), tanto no trabalho presencial quanto no remoto, em meio à impotência para fazer frente às expressões mais dramáticas da questão social e às necessidades urgentes dos indivíduos e famílias que demandam atenção pública (ARREGUI; RAICHELIS, 2021, p. 144).

No trabalho *home office* não existem, até o momento, normas sobre essa nova configuração do trabalho no que se refere a duração da jornada de trabalho, quem vai arcar com os custos de equipamentos tecnológicos e com a sua manutenção, todo um aparato necessário e físico para realizar o trabalho remoto e digital. Dessa maneira, os custos da produção são transferidos para o próprio trabalhador (conta de luz, de internet, pacote de dados, equipamentos eletrônicos – computador, impressora, câmera, dentre outros gastos), isso somada as demais atividades do lar e cuidado pessoal, que acabam por invadir, no âmbito familiar, o tempo de trabalho na vida privada. Conseqüentemente

[...] o teletrabalho, mediado por plataformas digitais, não apenas favorece novas formas de controle e vigilância dos processos e resultados do trabalho pelo empregador, como transfere o gerenciamento do trabalho para o próprio trabalhador para o alcance de metas de produtividade nem sempre alcançáveis. Nesse tipo de gestão por pressão ocorre a intensificação do trabalho, com impactos na materialidade e na subjetividade dos (as) trabalhadores(as): ampliação da jornada de trabalho para dez, doze horas, fadiga pelo tempo excessivo de permanência e, frente à tela do computador, multiplicação do número de reuniões até a exaustão, simbiose entre o tempo de trabalho e de não trabalho. contexto favorável ao crescimento do assédio moral, desgaste mental, adoecimento provocado pelas novas formas de gerenciamento e controle dos processos de trabalho (Raichelis e Vicente, 2019). (ARREGUI; RAICHELIS, 2021, p. 146).

Não se leva em consideração as condições objetivas desses trabalhadores, se possuem os recursos necessários para realizarem seu trabalho remotamente para que possam, inclusive, manter seus empregos. Para o Serviço Social estão em jogo questões éticas relevantes que se chocam com os direitos profissionais de realizarem seus trabalhos de forma segura no atendimento dos usuários. A forma remota também impossibilita uma aproximação com a classe trabalhadora e realização de um trabalho propositivo e continuado. Esse fato se choca diretamente com o Projeto Ético-Político profissional

[...] ao mesmo tempo, há um impacto profundo na forma de ser do trabalho profissional, que se materializa por meio da relação presencial, dialógica e político-

pedagógica com os sujeitos com os quais assistentes sociais trabalham e para os quais prestam serviços profissionais (ARREGUI; RAICHELIS, 2021, p. 147).

Fica evidente que, diante de tais circunstâncias, o trabalho dos assistentes sociais seja afetado e, muitas vezes, impossibilitado se levando em consideração seu projeto profissional, as condições materiais a que estão submetidos, dentre outros recursos necessários para sua realização. No que diz respeito a reprodução social baseada na exploração do trabalhador, sua conduta representa os interesses do capitalismo ao auxiliar sua manutenção o que configura o aspecto conservador ainda existente no Serviço Social brasileiro, efeito que torna dúbio o significado social da profissão já que estão submetidos ao processo de alienação.

O enfrentamento das contradições presentes na vivência desses profissionais que se expressam na luta constante entre as classes sociais, junto as limitações e requisições que lhe são postas podem desencadear processos de adoecimento, principalmente se não for considerado alternativas concretas para que seu trabalho e valores profissionais possam ser realizados ou que, e até mesmo, o sistema coloque em xeque, inevitavelmente sendo trabalhadores, a sua reprodução, pois é preciso lembrar que “[...] o Serviço Social brasileiro, em sua condição de parcela ampliada da classe trabalhadora, de assalariamento, também está submetido a essa realidade, *introjetoando-a como receptor (trabalhador) e como executor de seus preceitos*” (LEITE; VALLE, 2018, p. 123 – grifos das autoras).

## **Considerações finais**

Não podemos esquecer que o processo de adoecimento e sofrimento no qual estamos mencionando se trata de uma construção social inerente da sociabilidade capitalista (referente aos determinantes sociais no processo de adoecimento, da forma como o modo de existir e se reproduzir no mundo contribuem para tal fenômeno social) que fere/atinge aqueles que estão dentro e fora do ambiente de trabalho (trabalhadores formais, informais e desempregados). Todos sentem a pressão ao ter que se submeter a este estilo de vida, são demonstrações da experiência de vida dos indivíduos que tem de se submeter ao processo de exploração já que, até o momento, essa se faz parecer a única forma imposta pelo capitalismo para se viver, flexível e instável, que se apresenta antagonicamente e indiferente a vida humana.

Como o trabalho ocupa a dimensão central da vida dos homens, sua precarização dificulta o processo de identificação e construção da sociedade, o que o torna mais estranho e alienado. Fica disseminada a sensação de descartabilidade das pessoas e estabelece entre elas uma relação entre objetos. Isso também dificulta o exercício da cidadania, o processo de representação e as ações coletivas no âmbito político e, como resultado, enfraquece ainda mais a identificação e o reconhecimento da classe dos trabalhadores.

Estando os assistentes sociais no meio dessa conjuntura e sendo responsável a auxiliar na reprodução da classe trabalhadora nos limites do capital é essencial que se debata sobre sofrimento no trabalho uma vez que esse fenômeno é um produto da relação capital e trabalho (representa uma das várias expressões da questão social). Tais desafios profissionais são tanto práticos, no que se refere a organização e realização do trabalho, quanto éticos-políticos, que desafiam as correntes revolucionárias atuais, sendo assim o projeto ético-político profissional em contradição aos antigos referenciais conservadores. Ser um profissional propositivo, no sentido de contribuir objetivamente com as transformações da sociedade, fica cada vez mais difícil já que ele é cobrado a responder, no menor tempo possível, as demandas da classe trabalhadora o que compromete as possibilidades de analisar (aspecto investigativo) e agir (caráter interventivo) criticamente sobre a realidade.

Como observamos, os desafios e os limites de implementar o Projeto Ético-Político se dão devido as mediações que foram expostas no que se refere a condição de trabalhador assalariado sujeito às determinações do mercado, ao processo de alienação e exploração, as péssimas condições de trabalho, e, conseqüentemente, a possibilidade de adoecimento no trabalho. Identificá-las é essencial na busca de direcionamentos e estratégias que direcionam ao Projeto Ético-Político.

Existem vertentes teóricas que discutem uma crise hegemônica do projeto ético-político com a ascensão das teorias pós-modernas o que representa uma ameaça à profissão, pois baseiam-se em argumentos desconexo da realidade. Por outro lado, há vertentes de pesquisadores que discordam sobre uma crise da hegemonia do projeto ético-político profissional e que, pelo contrário, observam um crescimento da resistência da categoria profissional na defesa do direcionamento social para emancipação humana que pode ser observado na base curricular de formação profissional, nas produções acadêmicas, nos veículos onde são abordadas e discutidas as bases teóricas e a metodologia científica. O que podemos dizer é que existem, na atualidade, desafios no cotidiano profissional para que suas ações sejam propositivas. É preciso pensar estratégias, métodos de intervenção da realidade que se apresenta, para assim construir coletivamente, com outros segmentos sociais e profissionais, meios eficazes para enfim tornar real uma organização social justa, livre e igualitária, incompatível com o capitalismo. Podemos começar ampliando e ocupando espaços sociais, construir mais conhecimento científico sobre a crítica da realidade concreta e vivenciada pelos trabalhadores, apresentá-las para as organizações sociais, divulgar as possibilidades e a necessidades de mudanças substanciais, são alguns meios para se alcançar o, até então, projeto de sociedade na qual essa parcela de trabalhadores, assistentes sociais, defendem e que deve ultrapassar a dimensão do desejo sendo necessário um planejamento metódico que possibilite esse objetivo.

As condições sociais afetam o corpo e a mente desses trabalhadores e do conjunto de indivíduos da sociedade capitalista. É necessário ter cuidado ao realizarmos análises equivocados principalmente diante das armadilhas da dinâmica conjuntural pois elas podem auxiliar no processo de adoecimento da categoria profissional. Ainda é necessário realizar pesquisa sobre os adoecimentos dessa categoria de profissionais e de outros profissionais que estão inseridos nesse contexto que lidam diariamente com os rebatimentos da sociedade capitalista principalmente no que se refere as dificuldades em realizar ações, por falta de recursos, no enfrentamento das mazelas da sociedade. Identificar situações que possam levar ao adoecimento, como a exposição contínua a situações de sofrimento por exemplo, é fundamental para encontrar estratégias de enfrentamento do sofrimento no trabalho que dificulta não somente a questão profissional, mas a vida do trabalhador. Essa carência de informações precisa ser investigada e deve se encontrar por meio dos debates da categoria e na produção científica de resoluções para essa questão. Devemos lembrar que é no conflito que as

mudanças acontecem, por se tratarem condição histórica elas podem ser modificadas, e esses fatores só apontam para a necessidade urgente de modificá-las.

Não se pode negar a orientação e o movimento do Serviço Social, no conjunto de sua dimensão (teórica e política-organizativa de estratégia e que reflete um novo significado para profissão – ser, junto com os demais seres sociais da classe de trabalhadores, agentes transformadores da realidade), expresso numa *vontade de potência* hegemônica (no agir, para pensar estratégias, ao criar métodos e ser propositivo) para se alcançar um resultado concreto de transformações, pois se alinhar ao projeto profissional demanda caminhar na direção de uma vivência política que supera o discurso fatalista que perpassa sobre o âmbito profissional afetando seus ânimos e julgamentos à partir de uma conclusão equivocada da interpretação da realidade. As respostas estão justamente nos fundamentos críticos no qual nos baseamos em Marx, eles dão base para se analisar a realidade, bem como elementos para enfrentá-los. Não se pode perder de vista a intenção e a necessidade de defender, com todos os recursos possíveis que irão aparecer na realidade, outra sociedade sem exploração de classe, de gênero e raça.

## Referências bibliográficas

ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. Disponível em: <<https://brito964.files.wordpress.com/2013/06/o-que-e-c3a9-trabalho-suzana-alborno.pdf>>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2021.

ARREGUI, Carola C.; RAICHELLIS, Raquel. **O trabalho no fio da navalha**: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. In: Serv. Soc. Soc. [online]. 2021, n.140, p.134-152. Disponível em: < [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282021000100134&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282021000100134&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 30 de março de 2021.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Fundamentos éticos do Serviço Social**. In: ABEPSS. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf>>. Acesso em: 24 de março de 2019.

BRAGHINI, Nayara Carvalhaes; DONIZETI, Tânia Cristina de Oliveira; VERONEZE, Renato Tadeu. **As bases sócio- históricas da ontologia do ser social**: o trabalho. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, v.3. Minas Gerais: CRESS/MG, 2013. P. 1-13.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Sistema de Informação de Agravos de Notificação- SINAN. Brasília: publicado em 2016, revisado em 2020. Disponível em em: <<http://portalsinan.saude.gov.br/drt-ler-dort>>. Acesso em: 09 de fevereiro de 2022.

BRAZ, Marcelo. NETTO, José Paulo. **Economia política**: uma introdução crítica. - 8. ed. - v. 1- São Paulo: Cortez, 2012.

BRAZ, Marcelo; TEIXEIRA, Joaquina Barata. **O projeto ético-político do Serviço Social**. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: Cfess/Abepss, 2009. Disponível em:< [https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/522/1/CapitulodeLivro\\_ProjetoEticoPol%C3%ADtico.pdf](https://livroaberto.ufpa.br/jspui/bitstream/prefix/522/1/CapitulodeLivro_ProjetoEticoPol%C3%ADtico.pdf)>. Acesso em: 27 de abril de 2018.

CAMARGO, Maria Angelina B. et al. **Relações e condições de trabalho do assistente social na atualidade: a proletarização da profissão**. Serviço Social & Sociedade, p. 488-507, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jg4F8Xsmf8m3nFhFwfW493n/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.

CARDOSO, Marisaura dos Santos Cardoso. **Ética no Serviço Social**: questões e dilemas para o exercício profissional. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS – CRESS 6ª Região, 2012. Disponível em: < <https://www.cress-mg.org.br/arquivos/DE%201.pdf>>. Acesso em: 06 de maio de 2020.

CARVALHO, Mariana Costa; MAURÍCIO, Juliana Menezes Mendes; CARMO, Roberto Coelho do. **Adoecimento no trabalho e sofrimento social**: um estudo preliminar sobre os impactos na saúde do assistente social. Anais da VIII Jornada Internacional Políticas Públicas.

Maranhão: 2017 Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/anais-joinpp-2017.html>>. Acesso em: 24 de abril de 2020.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórica-metodológica.** – 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHAGAS, Bárbara da R. F.; BEZERRA, Maria C. E.; GASPAR, Fernanda Neves; NASCIMENTO, Flávia F. A. do. **Trabalho, precarização e Serviço Social: uma análise do debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade.** v. 16 n. 1 (2018): Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/23585>>. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: <[http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP_CFESS-SITE.pdf)>. Acesso em: 30 de março de 2021.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE MINAS GERAIS. **O trabalho de assistentes sociais mineiras e mineiros durante a pandemia.** Comissão de Orientação e Fiscalização (Cofi). Primeira edição. Fevereiro de 2022. Belo Horizonte-MG. Disponível em: <[https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2022/02/DOC-ESPECIAL-\\_-COFI-FEV21.pdf](https://cress-mg.org.br/wp-content/uploads/2022/02/DOC-ESPECIAL-_-COFI-FEV21.pdf)>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

DRUCK, Graça. FRANCO, Tânia. SELIGMAN-SILVA, Edith. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado.** In: Revista Brasileira de Saúde Ocupacional. v. 35, nº 122. p. 229-248. São Paulo: Fundacentro, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.fundacentro.gov.br/rbso/edicoes>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

DUBOC, Jéssica Ribeiro; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **As categorias da alienação e do fetichismo na teoria social marxiana.** In: Rev. katálysis vol.22 no.2 Florianópolis May/Aug. 2019 Epub Aug 26, 2019. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802019000200273&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802019000200273&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI: o minidicionário da língua portuguesa.** 5ª ed. ver. ampliada. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRANÇA, Reginaldo Pereira. **Teoria social de Marx, projeto ético-político e o serviço social: um espaço de tensões, reflexões e possibilidades.** Textos & Contextos. v. 12. n. 1. p. 152- 161.jan/jun. 2013.

FREIRE, Lúcia M. de B. **O Serviço Social na reestruturação produtiva: espaços, programas, direções e processos do trabalho profissional.** – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2010.

GRANEMANN, Sara. **O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade.** In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/s709726Gx6l8W29E12Si.pdf>>. Acesso em: 17 de novembro de 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101-662820140004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101-662820140004)>. Acesso em: 25 de novembro de 2020.

KARL, Marx. **O Capital: crítica da economia política: livro I**; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 29ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEITE, Janete Luiza; VALLE, Karla Fernanda. **Contrarreforma do Estado e gerencialismo: novo fetiche, velha proposta**. Serviço Social & Sociedade, n.131, p. 109–129. São Paulo: 2018.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2000. Disponível em: <file:///C:/Users/lourrane/Downloads/MARTINELLI-%20M.%20Lucia.%20Servico%20social%20-%20identidade%20e%20alienacao.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2020.

MOTA, Ana Elizabete; RODRIGUES, Mavi. **Legado do Congresso da Virada em tempos de conservadorismo reacionário**. Revista Katálysis, v. 23, p. 199-212, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/c3GHp8JjbZ9hqfc3q3YY8GP/?lang=pt>>. Acesso em: 21 de janeiro de 2022.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Ed. 4ª. São Paulo: Cortez, 2007. Disponível em: < <http://www.poteresocial.com.br/livro-servico-social-e-saude-para-download/>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. – 7. ed. – São Pulo: Cortez, 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ORTIZ, Fátima da Silva Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e da autoimagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. In: Serviço Social e Sociedade. nº. 107, p. 420-437. São Paulo: Cortez, jul./set. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0101662820110003&lng=pt&nrm=is](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0101662820110003&lng=pt&nrm=is)>. Acesso em: 20 de junho de 2018.

RAICHELIS, Raquel. **Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

SANTOS, Sandra Neres. **Serviço Social: apropriação da teoria social marxista e formação profissional crítica**. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: expressões socioculturais da crise do capital e as implicações para a garantia dos direitos sociais para o serviço social. CRESS 6º Região- MG. Belo Horizonte: 2013. Disponível

em:<<https://www.passeidireto.com/arquivo/17180478/servico-social-apropriacao-da-teoria-social-marxista>>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

SILVA, Bismarck Oliveira da; OLIVEIRA, Maria Tereza de. **O pensamento pós-moderno e os desafios contemporâneos ao projeto ético-político do Serviço Social**. Revista Temporalis, ano 18, n. 36, p. 65-93. Brasília: ABEPSS, 2018.

VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. **Determinantes sociais de saúde: processo saúde doença**. Una-sus|Unifesp, 2012. Disponível em: <[https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca\\_virtual/pab/7/unidades\\_conteudos/unidade05/unidade05.pdf](https://www.unasus.unifesp.br/biblioteca_virtual/pab/7/unidades_conteudos/unidade05/unidade05.pdf)>. Acesso em: 25 de março de 2020.